

A Participação Política da Juventude em Portugal

A participação política
de jovens vista por dentro

Marta Silva, Maria Fernandes-Jesus,
Manuel Loff, Gil Nata, Isabel Menezes

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN



A Participação Política da Juventude em Portugal

**A participação política de jovens vista por dentro:
perspetivas de ativistas sobre as formas,
as causas, os motivos e o futuro**

Relatório produzido por:

Marta Silva, Maria Fernandes-Jesus, Manuel Loff, Gil Nata, Isabel Menezes

Índice

Sumário Executivo	5
1. Introdução	6
2. Objetivos, questões e desenho da investigação, e participantes	7
3. Análise e resultados	11
3.1. A participação ou não-participação política de jovens portugueses	12
3.1.1. Jovens participam cada vez mais	12
3.1.2. Questões/causas dominantes e mobilizadoras	14
3.1.3. Jovens não participam tanto quanto deveriam	16
3.2. Razões para a não-participação política de jovens	16
3.2.1. A responsabilidade da escola: o ensino obrigatório não fomenta o conhecimento e o debate político.	16
3.3. A responsabilidade individual: desconhecimento, ceticismo político, centração em si e privilégios	20
3.3.1. Desconhecimento de formas de participação política não-convencionais e desilusão com formas de participação convencional	20
3.3.2. Falta de empatia e atitudes de individualismo	21
3.3.3. Necessidade sentida por alguns grupos de manterem os sistemas de privilégios que os beneficiam	22
3.4. Dificuldades e obstáculos no acesso à participação política	24
3.4.1. Questões geográficas	24
3.4.2. Questões geracionais	26
3.4.3. Questões de classe e desigualdades socioeconómicas	27
3.4.4. Questões de género, exclusão e interseccionalidade	28
3.4.5. Intellectualização da linguagem e afastamento de certos grupos	30
3.5. (Des)valorização das vozes do/as jovens	31
3.5.1. Opiniões e participação dos jovens são desvalorizadas devido à sua idade e inexperiência	31
3.5.2. Precariedade laboral e dependência económica como motivo de descredibilização	33
3.5.3. Desvalorização das juventudes partidárias e da presença jovem dentro dos partidos	33
3.6. Formas de participação: redes, rua e (ainda) o voto	34
3.6.1. Potencialidades e perigos do uso das redes sociais na organização e mobilização política dos jovens	35
3.6.2. Exposição seletiva a informação e “americanização do ativismo”	35
3.6.3. Superficialidade do ativismo <i>online</i> e desvinculação com as causas	36
3.7. Relevância das ações de rua	37
3.8. Perspetivas sobre o voto	41
4. Potenciadores da experiência pessoal de participação política	42
4.1. O pessoal como político: o confronto com a opressão e a injustiça como motor de politização e participação	42
4.2. Influência das relações familiares e afetivas na politização e participação	44
5. Expectativas para o futuro: entre a esperança e o m Sandra (Hfs)edo	46

5.1. A esperança do aumento da participação e mobilização da/os jovens	46
5.2. Os riscos da polarização e do crescimento da extrema-direita: medo e desesperança	47
6. Discussão e considerações finais	50
Referências	54
Anexos	56
Anexo I: Guião utilizado nos grupos de discussão	56

Lista de Tabelas

Tabela 1. Número de participantes por cada grupo de discussão e duração dos grupos	9
--	---

Lista de Figuras

Figura 1. Distribuição de participantes em função do género (%)	9
Figura 2. Distribuição de participantes em função da idade (frequência)	10
Figura 3. Distribuição de participantes em função da ocupação (frequência)	10
Figura 4. Mapa temático da análise das visões da participação política de jovens	50

Sumário Executivo

Embora os discursos sobre a “crise” da participação política sejam recorrentes, nas últimas décadas tem-se afirmado uma crescente preocupação sobre os sinais de afastamento político da/os cidadã/os e, particularmente, da/os mais jovens. Ao mesmo tempo, existe também um reconhecimento de formas de participação política menos institucionais e hierarquizadas, para além do voto ou da filiação partidária, mais focadas na dimensão performativa e centradas em temas específicos.

O objetivo deste estudo é entender de que forma jovens portugueses integrados em coletivos e movimentos de natureza política concebem a participação política, a sua e a do/as jovens em geral, na diversidade das suas formas e temáticas. Visando explorar significados partilhados e dinâmicos, foram realizados oito grupos focais com membros ativos de coletivos diversos, do ponto de vista temático e geográfico. A análise dos dados permitiu identificar quatro temas nucleares na conceção da participação política de jovens.

Os dois primeiros temas dizem respeito às opiniões relativas à (não-)participação de jovens portugueses. Foram identificadas duas posições distintas, mas não mutuamente exclusivas. Por um lado, vários/as participantes sustentam que a participação política de jovens portugueses se encontra aquém do desejado. Por outro lado, defende-se que os jovens estão cada vez mais ativos e/ou mais informados sobre as causas e os eventos políticos, em especial face a causas como a luta ambiental, a luta antirracista e a luta feminista.

As causas para a não-participação remetem para as falhas no sistema educativo português, por não fomentar o conhecimento sobre política e não encorajar o espírito crítico. Vários/as participantes apontaram também causas ao nível individual: o desconhecimento sobre formas de participação, a falta de empatia e a persistência de uma cultura individualista. Mas reconheceram obstáculos à participação de natureza geográfica, de classe social, de género, para além da excessiva intelectualização da linguagem política.

Já quanto aos fatores que facilitam a participação, salientaram o papel das suas experiências pessoais como motores da participação política, seja em função da vivência ou observação de situações de opressão ou injustiça, seja pelo papel das suas relações familiares e afetivas na politização e motivação de um envolvimento continuado.

As formas de participação política que emergem como mais relevantes para esta/es ativistas parecem ser de natureza não-convencional: ficou clara a importância que atribuem a estas ações, nomeadamente do ponto de vista estratégico e de mobilização, mas também das emoções e memórias que suscitam. Não obstante, vários/os ativistas assinalaram que não substituem o voto, que veem como o baluarte de preservação da democracia. A atividade política *online* e nas redes sociais é significativa e valorizada, mas um número significativo identificou dois perigos no (ab)uso destes meios: em primeiro lugar, a exposição dos indivíduos a informação seletiva e a uma

“americanização das lutas” e, em segundo lugar, a superficialidade do ativismo *online* e consequente desvinculação com as causas.

Um terceiro tema nuclear foi especialmente consensual: as opiniões e participações políticas de jovens são desvalorizadas pela restante sociedade. De acordo com as suas experiências, esta desvalorização tende a ser justificada por gerações mais velhas, seja pela a inexperiência associada às suas idades, seja pela precarização laboral e consequente dependência económica, e é visível na desvalorização do contributo do/as jovens e das juventudes partidárias dentro dos partidos.

O quarto tema nuclear passa pelo posicionamento face ao futuro. Tendo-lhes sido dada ampla liberdade na eleição dos temas a abordar, a maioria referiu medo e desesperança em relação à participação política de jovens, mas sobretudo, em relação ao crescimento dos extremismos e, em concreto, da extrema-direita, em Portugal e no mundo. No entanto, foram também vários/as o/as participantes que manifestaram a esperança de que a participação de jovens vai continuar a aumentar, sobretudo em moldes não-convencionais.

Os grupos focais ofereceram a este projeto uma perspetiva matizada sobre as experiências e perspetivas de jovens portugueses politicamente ativa/os dentro de coletivos que possuem agendas políticas diversas. Permitiram identificar vários pontos de convergência, que ultrapassam diferenças relativamente às causas e/ou ideologias que separam os grupos ou, até mesmo, o/as participantes dentro de um mesmo grupo: ficou claro, por exemplo, que estes jovens não sentem que são levados a sério fora das estruturas em que participam. Ao mesmo tempo, os dados recolhidos oferecem informação importante relativamente ao papel das emoções e da dimensão relacional nas vidas políticas desta/es jovens, à importância crescente que atribuem a novas formas de participação política e, ainda sobre os receios suscitados pela polarização política e ideológica.

1. Introdução

Os discursos sobre a “crise” da participação política têm sido dominantes nas últimas décadas, com especial preocupação sobre os sinais de afastamento do/as jovens. Estes discursos, oriundos de vários sectores sociais, académicos e das próprias instituições e organizações políticas, têm sustentado um crescendo da investigação sobre o fenómeno da participação social, cívica e política de jovens, mas também a reclamação e a experimentação de políticas públicas, em especial no campo da educação e da “juventude”, no sentido do reforço da capacitação e envolvimento políticos. O pressuposto é que esse afastamento ataca os fundamentos da democracia representativa, cuja legitimidade depende, mesmo nas versões minimalistas, de um nível basilar de participação cidadã (Janoski, 1998). No entanto, há que reconhecer que esta é uma preocupação recorrente – já em 1967, Verba reclamava que

“a participação refere-se aos processos através dos quais a/os cidadã/os influenciam ou controlam as decisões que a/os afetam (...) e [está em] crise aguda porque três

questões estão a ser levantadas ao mesmo tempo: novas pessoas querem participar, em relação a novos assuntos e de formas novas” (1967, p. 54).

Ou seja, mesmo admitindo a centralidade de formas de participação clássicas – sendo o voto o exemplo mais notável – para a qualidade da vida democrática, a investigação no campo da participação política de jovens – onde se cruzam áreas disciplinares que vão desde a ciência política, a sociologia política, a história política, a geografia, a antropologia política, a psicologia política à educação política –, tem vindo a sublinhar a necessidade de reconhecer a expansão de assuntos e de formas a que Verba se referia. Sem surpresa, quem estuda a participação política de jovens tende a usar a expressão ‘participação cívica e política’ para dar conta desse alargamento (Ekman & Amnå, 2012; Amnå e Ekman, 2014).

A investigação revela algumas características do fenómeno da participação política de jovens que sustentaram o desenho deste estudo. Desde logo, o reconhecimento de que estamos perante formas de participação líquidas e individualizadas (Lipovetsky, 1986; Bauman, 2000), em linha com o *ethos* da pós-modernidade. A implicação é que a participação se faz em grupos mais fluidos, menos hierarquizados e, talvez por isso, mais transitórios do que as estruturas tradicionais da participação política (nomeadamente os partidos políticos e os sindicatos). Em segundo lugar, a predominância de uma cultura ativista focada na subjetividade (Pleyers, 2018), com ênfase na dimensão performativa (ação mais do que palavras), forte cunho emocional – relativamente aos assuntos, mas também aos outros membros – e valorização da autonomia, tanto a nível individual como coletivo. Em terceiro lugar, a tendência para um forte compromisso temático, por vezes para um único assunto: é um ativismo de causas que não envolve necessariamente – ao contrário dos partidos políticos tradicionais – uma visão mais geral da organização desejável da sociedade no seu todo. Em quarto lugar, o reconhecimento de que variáveis estruturais clássicas – o género, a classe social, a raça, o estatuto de imigrante, o capital cultural – constituem, também para esta geração, barreiras significativas à participação. Em quinto lugar, o reconhecimento do papel, simultaneamente potenciador e perverso (não só para o/as jovens, mas também para ela/es), dos espaços digitais e das redes sociais que, se vieram propiciar uma multiplicação de oportunidades de participação – arriscando até alguma superficialidade e um ‘ativismo de sofá’ (Morozov, 2011) –, criaram também um panóptico digital de exposição voluntária (Han, 2015) que abre a porta a níveis de manipulação política sem precedentes. Finalmente, o reconhecimento de que, tal como para outras gerações, o mote é ‘diversidade na diversidade’ (Ferreira, Coimbra e Menezes, 2012), ou seja, a participação política de jovens portugueses é um fenómeno polifónico e plural.

2. Objetivos, questões e desenho da investigação, e participantes

Este estudo parte deste quadro geral para aprofundar grupos de participação juvenil que lidam com novas questões e formas emergentes de participação, digital e analógica, explorando intencionalmente coletivos de natureza mais performativa e radical – o que permite atender a experiências políticas que, geralmente, são deixadas de fora nos estudos com abordagens metodológicas mais tradicionais. Ora, considerando que Portugal não testemunhou (ainda?) sinais fortes de radicalização juvenil, vale a pena

explorar o ativismo contencioso com mais detalhe, uma vez que a ascensão europeia nestes movimentos não pode ser ignorada.

A opção por grupos focais deriva da experiência anterior da nossa equipa na pesquisa da participação política juvenil (Ribeiro *et al.*, 2012; Malafaia, Menezes e Neves, 2018; Rodrigues, Menezes e Ferreira, 2018; Cruz, Malafaia, Silva e Menezes, 2020). De facto, os métodos qualitativos revelaram ser mais sensíveis para a enunciação do político (Menezes *et al.*, 2012; Malafaia, Piedade, Ferreira, Loff e Menezes, 2018), provavelmente porque a sua operacionalização nos estudos que temos realizado tenta aceder às lógicas mais performativas e emocionais características das experiências juvenis – tornando, provavelmente por isso, mais fácil o seu reconhecimento como prática vivida (Ribeiro *et al.*, 2012). Adicionalmente, esta abordagem permitir-nos-á aprofundar os significados e os vínculos entre emoções e política, que são de particular importância na política contemporânea.

Mais especificamente, o estudo visa responder às seguintes questões de investigação:

- i. O que se esconde perante a aparente síndrome de “passividade política” do/as jovens: retirada temporária, desinvestimento de qualquer forma de participação ou uma particular desafeição política?
- ii. Que quadro emerge quando expandimos o foco de análise para incluir novas formas de participação? E em que medida outras formas de participação, não convencionalmente políticas, estão a servir como canais de participação política de jovens?
- iii. Quais as razões para a não-participação? Há obstáculos relacionados com o género, a classe social, o estatuto de imigrante, a raça, o eixo rural/urbano ou a situação face ao trabalho? E que fatores favorecem a participação?
- iv. Quais são as principais preocupações do/as jovens face à participação política e como perspetivam ela/es o futuro? Quais as suas atitudes face às questões de radicalização, populismo e polarização da vida política?

Para explorar os significados de membros de coletivos e movimentos sobre a participação política dos jovens e possibilitar uma discussão aprofundada sobre as suas experiências enquanto ativistas, foram realizados oito grupos de discussão, cada um com um coletivo ativista. No total, foram 30 os jovens que participaram nestes grupos de discussão. Na Tabela 1, apresentam-se os números de participantes por cada grupo de discussão realizado e a duração de cada grupo.

Os grupos de discussão funcionaram com três a cinco participantes e tiveram lugar *online*, usando o *software* Zoom, entre os meses de dezembro de 2020 e março de 2021. As discussões foram gravadas, mediante autorização de todos os participantes, de modo a proceder à sua transcrição e análise dos dados. Todos os participantes foram anonimizados durante o processo de transcrição e análise, de forma a proteger as suas identidades, pelo que os nomes apresentados no relatório são fictícios.

Nome do Coletivo/Grupo (Acrónimo)	Temática	Número de participantes na discussão	Duração da discussão
HeforShe (HfS)	grupo feminista	3	2h40
Brigada Estudantil (BrigEst)	grupo transversal: género, LGBTI+, ativismo climático, questões estudantis	5	2h43
XR Porto (XR)	grupo climático	4	2h15
Escudo Identitário (EsclD)	grupo de cariz nacionalista	3	2h03
Levantados do Chão (LevC)	coletivo antifascista	4	2h06
Greve Climática Estudantil (GCE)	grupo climático	3	2h42
A Coletiva/Já Marchavas (JáM)	grupo feminista e LGBTI+	3	1h10
Academia de Política Apartidária (APA)	associação apartidária dedicada à "aproximação dos jovens da política"	5	3h00

Tabela 1. Número de participantes por cada grupo de discussão e duração dos grupos

As idades do/as participantes variam entre os 16 e os 34 anos. No caso de participantes menores de idade, foram solicitadas autorizações prévias por parte do/as encarregado/as de educação, que foram também informado/as sobre os objetivos do estudo e as condições em que decorreriam os grupos de discussão. Nas figuras abaixo, sintetiza-se informação sobre a idade e o género do/as participantes, assim como as suas ocupações. A maioria são do sexo feminino, na faixa dos 21 aos 25 anos, e estudantes de licenciatura.

De uma forma geral, a/os participantes foram selecionados pelos próprios movimentos, após ter sido estabelecido contacto com estes grupos/coletivos via *email* ou redes sociais; e foram ainda usados contactos previamente estabelecidos por investigadore/as da nossa equipa.

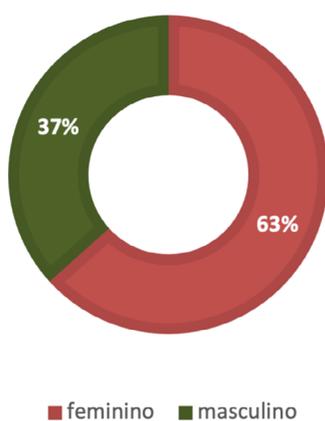


Figura 1. Distribuição de participantes em função do género (%)

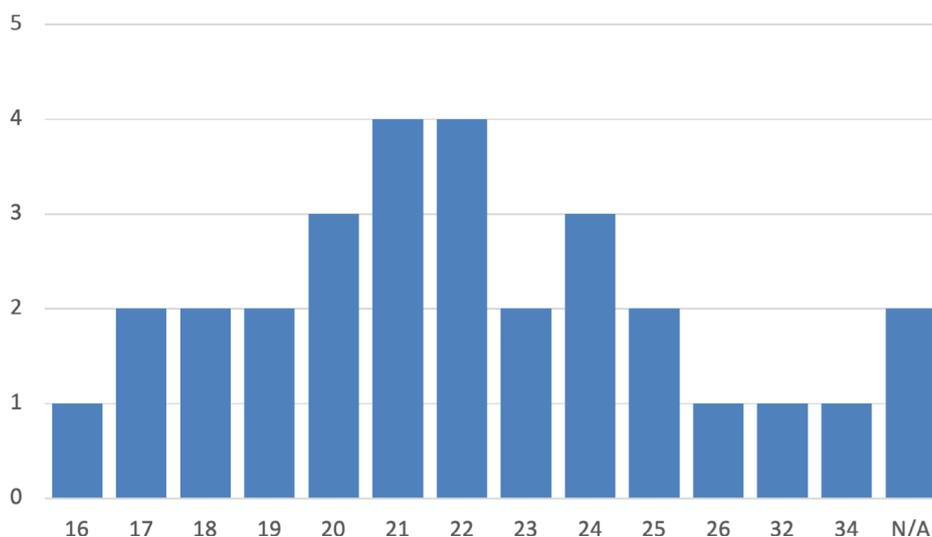


Figura 2. Distribuição de participantes em função da idade (frequência)

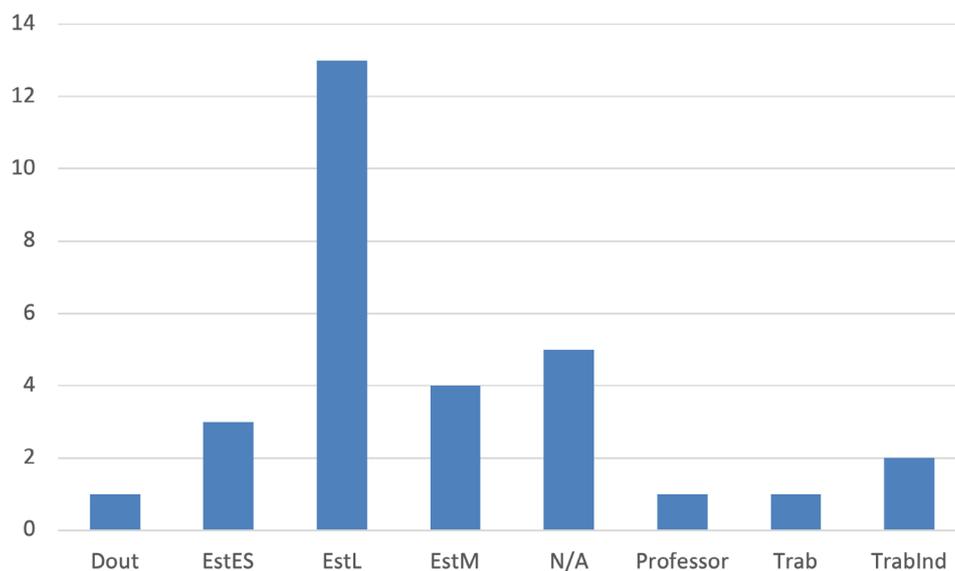


Figura 3. Distribuição de participantes em função da ocupação (frequência)

O guião (Anexo I) foi desenvolvido e utilizado de forma idêntica, ainda que flexível, no decorrer dos oito grupos de discussão. Encontra-se dividido em cinco grupos de questões: os dois primeiros grupos de questões (*Concepções e representações sobre a participação política* e *Atividades e temas*) centraram-se nas atividades e causas de natureza política que os participantes consideravam ser mais relevantes e/ou mais mobilizadoras. No início do grupo de discussão, foi pedido às/aos participantes que fizessem uma breve apresentação e que selecionassem uma a duas imagens (de um total de 22) referentes a diferentes modos de participação política e/ou causas políticas. A seleção destas imagens pelos participantes funcionou como um desbloqueador da conversa; os primeiros dois grupos de questões ancoraram-se nas imagens selecionadas e na justificação das suas escolhas (ver guião em anexo), por exemplo:

“acham que este tipo de atividades [nas imagens que selecionaram] são importantes? E porquê?”

O terceiro grupo de questões (*A (não) participação dos jovens*) centrou-se numa discussão sobre a extensão da participação política dos jovens, assim como nas causas e barreiras que poderão explicar a sua participação ou não-participação, por exemplo:

“Há quem diga que os jovens, hoje em dia, não participam. Qual é a vossa opinião?”

O quarto grupo de questões (*Experiências de participação*) orientou-se para as experiências individuais dos participantes e colocou questões relacionadas com as suas primeiras experiências políticas, a emergência do seu interesse pela política e, ainda, questões relacionadas com a sua participação nos coletivos (aspectos mais positivos e mais difíceis da participação em movimentos, motivações e possíveis conselhos que ofereceriam a novos membros):

“O que é que tiram de mais positivo da vossa participação no grupo? E o que é que consideram mais difícil?”

Por último, no grupo 5 (*Conclusão*), foi-lhes pedido que refletissem sobre que estratégias adotariam para encorajar a participação política dos jovens, assim como sobre as expectativas que tinham relativamente ao que vai acontecer nos próximos anos. Foi-lhes dada liberdade para explorarem temas políticos globais ou nacionais, assim como a participação dos jovens, por exemplo:

“Se fossem vocês a mandar, que estratégias adotariam para aumentar a participação dos jovens?”

3. Análise e resultados

Durante a fase da análise qualitativa dos dados, foram identificados temas-chave que suscitaram mais convergência e mais divergência entre os participantes. Procedemos também a uma análise das dinâmicas da interação entre os grupos, sobretudo em relação a temas que geraram mais debate, para perceber de que forma o posicionamento dos participantes influenciou o desenvolvimento da conversa e as próprias opiniões dos restantes participantes.

A apresentação dos resultados da análise dos grupos de discussão será feita a partir de seis categorias gerais:

1. Opiniões e perspetivas sobre a **participação ou não-participação do/as jovens português/as** e a identificação dos **temas** que consideram ser dominantes ou mais mobilizadores.
2. As **razões para a não-participação** parecem radicar em três lugares: a

escola; os próprios jovens; e os obstáculos que os participantes identificaram à participação política de jovens.

3. A **desvalorização das vozes de jovens** reporta o sentimento generalizado entre esta/es jovens de que a sua atividade e opiniões políticas não recebem a atenção necessária por parte das gerações mais velhas.
4. Os papéis que as **formas não-convencionais de participação** desempenham na mobilização e engajamento de jovens portugueses, começando com um enfoque nas redes sociais e na participação *online*. Esta informação será complementada com as opiniões sobre a relevância do voto enquanto instrumento-base de participação política.
5. A importância da **vivência de experiências pessoais** de opressão/marginalização ou injustiça percebida e das **relações afetivas e familiares** na sua participação.
6. Por último, **as expectativas que este/as jovens têm para o futuro**, assim como a partilha daquilo que gostariam que acontecesse no campo da participação juvenil, no país e no mundo.

3.1. A participação ou não-participação política de jovens portugueses

A participação ou não-participação política dos jovens foi o tema que suscitou mais debate e divergências dentro dos grupos, com expressão de visões deficitárias e/ou expansivas – distintas, mas não totalmente excludentes. A visão expansiva considera que a/os jovens participam cada vez mais ativamente ou que, pelo menos, estão mais informado/os e mais conscientes das causas. A visão deficitária sustenta que a participação jovem está ainda muito aquém do desejado. No entanto, a percepção de que a participação dos jovens tem vindo a aumentar foi referida por participantes dos vários coletivos. É interessante observar que a/os participantes não só mudam de opinião durante a discussão, mas até defendem as duas perspetivas, consoante se refiram ao que acontece dentro e fora dos coletivos: a posição de Joana [Brigada Estudantil (BrEst)] é representativa desta dificuldade em definir a participação dos jovens: “A minha resposta é um bocado para os dois lados: por um lado, os jovens não estão tão ativos mas, por outro, estão muito.”

3.1.1. Jovens participam cada vez mais

A visão expansiva afirma que o/as jovens, embora apresentem níveis de abstenção altos e de participação partidária baixos, organizam-se cada vez mais em estruturas políticas não-tradicionais/não-partidárias (coletivos, movimentos, associações) e que têm uma presença cada vez mais forte em ações de rua. Joana (BrEst), por exemplo, mostra-se otimista relativamente aos ativistas mais jovens que ela própria (Joana tem 22 e refere-se a jovens com 16-17 anos), que têm estado na “linha da frente” pela luta climática e que têm

“muito mais a ver com energia e força para lutar em todos os movimentos e estão mais interessados em aprender”.

No grupo dos Levantados do Chão (LevC), quando lhes foi pedido que avaliassem a participação política dos jovens, 3 dos 4 participantes concordam que os jovens participam politicamente. Para Miguel (LevC), um dos fundadores, o coletivo de Beja é um exemplo do engajamento crescente dos jovens e a continuação do histórico dos movimentos sociais e políticos que “nos contam que existe uma participação maioritária de jovens”. Para Vasco (LevC), a afirmação de que os jovens não participam politicamente só faz sentido se nos restringirmos à atividade partidária. Diana (LevC) reforça esta visão:

Diana: *Eu não sei se é a bolha das minhas redes sociais ou do sítio onde eu estou, mas acho que a malta jovem está cada vez mais politizada. Aliás, dá para ver, por exemplo, o que é que, numa semana, vai para os trends do witter: normalmente são coisas muito politizadas [...] No geral, acho que os jovens estão mais politizados, seja porque falam e acreditam nas mesmas coisas que nós, ou não. Acho que estão mais politizados. No movimento BLM, nos movimentos pela ecologia e nos movimentos feministas há uma adesão cada vez maior.*

Para os membros do grupo da Já Marchavas/A Coletiva (JáM), a maior mobilização dos jovens pode ser explicada por dois fatores: a velocidade com que recebem a informação, que os torna mais conscientes e informados, e os sentimentos de urgência e de cansaço em relação a algumas questões. O argumento de Vicente é ilustrativo:

Vicente: *Eu acho que é muito pela questão das redes sociais. Estamos a viver uma era em que a informação passa muito rapidamente e acho que, às vezes, até é difícil processar [tanta informação]. Mas estamos mais informados e mais conscientes. Mas também há outro fator que eu gosto de analisar: acho que há mais urgência nesta geração, porque nós somos estatisticamente a primeira geração que vai estar pior do que a geração dos seus pais e dos seus antecessores. E conhecemos pessoas na casa dos 25 ou 26 anos que já estão a passar pela 2.^a ou 3.^a crises económicas das suas vidas. E isso também coloca uma pressão e uma vontade de agir perante o mundo que vivemos. E acho que, às vezes, isso é ignorado e esquecem-se um bocado dessa urgência.*

Também Luís [Academia Política Apartidária (APA)], apesar de concordar que os jovens não participam tanto quanto deveriam, afirma que sente uma mudança nos últimos dois anos, baseada na sua experiência pessoal:

Luís: *Ao mesmo tempo também, nos últimos dois anos, senti que o meu grupo do secundário, onde antes não era muito comum falarmos sobre político ou sobre estes movimentos, foi uma boa surpresa. Em novembro, com as eleições americanas, havia muitos amigos meus atentos a isto e a acompanhar, muito preocupados com a situação. E depois, com as presidenciais em Portugal também se verificou isso: essa atenção, essa discussão entre nós também aconteceu.*

3.1.2. Questões/causas mais dominantes e mobilizadoras

A questão ambiental foi a causa que mais participantes escolheram como tópico mais mobilizador. As outras causas mais referidas foram a luta antirracista e a luta feminista.

Para Laura, do Escudo Identitário, “a causa ambiental é um tópico bastante aliciante para os jovens de hoje [...] independentemente de qualquer agenda que houvesse por detrás”. Mas, na discussão em torno deste assunto, é a escola que emerge como contexto de influência:

Diogo: Desde pequenos que toda a gente ouve falar, na escola em várias disciplinas, é uma espécie de... Não estou aqui a negar nada, mas é uma espécie de lavagem cerebral, no sentido da quantidade de informação que é bombardeada para as pessoas, e do sentimento de emergência. Até pode ser verdade, não estou a dizer que não é mas, nesse sentido, os jovens têm aquele sentimento de não haver amanhã. E isso é algo que não acontece com outros tópicos que se calhar são mais emergentes para estes jovens. Relativamente a ações que podem puxar os jovens para o ativismo, eu concordo com a Laura: ações que puxem mais para os hashtags, ou que eles vejam como sendo um ato de rebeldia atraem a atenção deles. E, conseqüentemente, faz o contrário a pessoas mais velhas, faz com que estejam contra essas ações, como o caso dos vídeos que publicámos recentemente da colagem de cartazes.

Para outros participantes, a relevância da luta ambiental depende das prioridades das pessoas e do *timing* em que emergem (Filipa, XR Porto). Para Ema, da GCE, embora os movimentos climáticos tivessem inicialmente muita adesão, esta estagnou com a pandemia porque deixou de ser a preocupação central para muitos. E adivinha: “Enquanto não houver uma mínima estabilidade económica, ou enquanto as pessoas se sentirem ameaçadas por outras causas, o ambiente vai ficar um bocado de lado.” A mesma opinião é partilhada por Gabriela (GCE):

*“Nós saímos completamente da agenda climática em 2020, foi um **péssimo** [ênfase da participante] ano para o ativismo climático. E nós queremos voltar para a agenda pública, mas precisamos de um público, e o público está completamente desmotivado. E isso pode ser por qualquer coisa: pode ser pelo BLM, pode ser pelo Covid também.”*

Dois dos participantes do Levantados do Chão (Vasco e Miguel) e Vicente (JÁM) consideram que, tendo em conta o atual contexto português, os movimentos antifascistas e de reação à extrema-direita estão a tornar-se os mais mobilizadores. Para Vicente, principalmente “este ano e nos próximos, sinto muito que o movimento antifascista vai ganhar muita força, de forma muito lógica e espontânea”.

No rescaldo dos protestos do BLM, que ainda estão bastante frescos na memória dos participantes e que foram recorrentemente mencionados ao longo das conversas, a luta antirracista é também apontada por vários participantes como uma das lutas mais urgentes e, portanto, mais mobilizadoras. Rute (APA) considera que uma das razões pelas quais o BLM consegue ser tão mobilizador se deve ao facto de ter conseguido mobilizar novos segmentos da população:

Rute: *Havia uma grande parte da população que não era mobilizada para esse movimento. Da mesma maneira que se acredita que o feminismo é um problema das mulheres, o racismo é um problema dos negros e são essas pessoas que estão nesses movimentos. E acho que se está a fazer um esforço cada vez maior de se perceber que são questões da sociedade como um todo, e isso torna-se mais mobilizador.*

Para Rute e Gonçalo, da Academia de Política Apartidária, além do crescimento dos movimentos antirracista, feminista e por justiça climática, o que podemos observar é também o crescimento de outros movimentos associados ao descontentamento com a pandemia e o confinamento, assim como de outros que reagem aos movimentos anteriormente referidos:

Gonçalo: *Recentemente – uma questão de semanas e meses –, temos assistido a outras manifestações, que são aquelas que vão ao coração das pessoas, que estão com problemas económicos, muito condicionadas pelo contexto da pandemia. São manifestações onde se quer encontrar um culpado para os problemas das pessoas: por exemplo, as máscaras e o uso das máscaras, ou os confinamentos. E quase sem mostrar alternativas, e sem base na ciência e na adoção de medidas concretas, conseguem ir ao coração das pessoas, conseguem mobilizá-las. [...]*

Rute: *Vendo também do lado negativo [do crescimento dos movimentos], há outros movimentos que estão a ter muita força. Também porque estão num momento em que estão a crescer e, por isso, são os que têm maior capacidade de agregar gente. Mas que são movimentos que realmente se aproveitam de ideias, do descontentamento das pessoas. Nesta altura da pandemia, temos a questão das máscaras, da vacina e tudo o mais. Mas mesmo também a questão da imigração, da questão racial. Aproveitam-se daquilo que são já preconceitos existentes, porque todos os temos, e também do descontentamento, para encontrarem inimigos muito fáceis de atacar e para prometerem soluções milagrosas que não existem [...] Mas acho que esses movimentos estão a crescer cada vez mais. Internacionalmente, têm vindo a ter muita força, na Europa também, e acho que também se alimentam do crescimento dos outros movimentos. [...] Então, esses movimentos acabam por ter mais projeção porque, depois acaba por ser quase uma luta entre um e outro. Em vez de o movimento existir só por si, ele também se alimenta do confronto com outros movimentos.*

Ricardo: *[...] concordo também com a importância dos movimentos que foram falando até agora: das questões raciais, do feminismo e também das alterações climáticas. Mas, dentro destes movimentos, e penso que foi nisso que a Rute também falou, também podemos encontrar o crescimento da extrema-direita. Principalmente na sociedade ocidental, é um movimento cada vez com mais força e, é tal como a Rute e o Gonçalo disseram, alimentam-se muito da desinformação das pessoas, apelando ao coração. Ou seja, temos estas manifestações das máscaras, de extrema-direita, anti-imigração, por exemplo, manifestações antiantirracismo.*

3.1.3. Jovens não participam tanto quanto deveriam

A maioria do/as participantes afirmou que os jovens portugueses não participam, embora a discussão aponte diversos obstáculos a essa participação e razões que podem explicar um eventual desinteresse pela política. Por exemplo, para Júlia [XR Porto (XR)], a participação dos jovens é “fraca”, mas não em comparação com outras faixas etárias:

“Não sinto necessidade de especificar que a participação jovem é fraca, porque as outras todas são também. Não existe esse estímulo: os jovens não estimulam outras faixas etárias, as outras faixas não estimulam os jovens. Não existe qualquer sentido de participação. É fraca? Sim, mas é resultado de toda uma fraqueza geral de como a sociedade está construída e condicionada”.

3.2. Razões para a não-participação política de jovens

Uma parte da discussão dos grupos centrou-se na análise das razões para a não-participação. As referências mais comuns apontam para três lugares: e escola, pelas falhas do ensino obrigatório; a/os próprios jovens, seja pela desilusão com a política convencional e o desconhecimento relativo a formas de ação alternativas, a falta de “empatia” e a persistência do “individualismo”, seja pela necessidade de alguns grupos manterem os seus privilégios; seja pela persistência de obstáculos estruturais ligados a dimensões geográficas, geracionais, de classe social, de género e interseccionais ou, mesmo, relativas à “intelectualização” do discurso político.

3.2.1. A responsabilidade da escola: o ensino obrigatório não fomenta o conhecimento e o debate político

Em todos os grupos, a educação foi apontada, direta ou indiretamente, como um fator para a falta de cultura e conhecimento políticos dos jovens e para a sua apatia em relação à política. Entre as várias deficiências encontradas no ensino obrigatório, encontram-se: a ausência de espaços que suscitem o debate de natureza política; o desconhecimento sobre o que se entende por Esquerda e por Direita, assim como sobre o funcionamento das instituições; a incapacidade da escola em fomentar o espírito crítico; a falta de formação em áreas que o currículo escolar habitualmente não cobre, nomeadamente Economia; a falta de informação sobre os direitos dos cidadãos; ou a imposição de uma cultura de trabalho escolar que obriga ao cumprimento dos calendários em detrimento da aprendizagem.

Duas participantes referiram que a educação, enquanto direito básico, deveria servir como nivelador, oferecendo a todos os estudantes as ferramentas para que se interessem por política e participem ativamente. No grupo da Greve Climática Estudantil (GCE), por exemplo, surgiu uma divergência relativamente à responsabilidade individual de cada jovem pela procura de informação fiável:

Emma: *Acho que muitos [jovens] também não pesquisam o suficiente. Por exemplo, ‘eu não entendo isto. Que vou fazer? Se calhar vou pesquisar’. Há pessoas que, simplesmente, não pesquisam: não entendem e fica assim. Eu conheço muita gente que é assim. Nem sempre é falta de informação, sobretudo agora com a internet. Mas há muita gente que acaba por não pesquisar e perde informação.*

Gabriela: *Acho que não podemos culpar os jovens. Não estou a dizer que estás a culpar, mas esse discurso de ‘ah, as pessoas não pesquisam ou não têm a curiosidade das pessoas que estão informadas’, ou do ‘deveriam querer pesquisar’... Não podemos pôr esse peso nas pessoas, individualmente, e esperar que tenham essa capacidade, que não é uma coisa comum, nem tem de ser. O ensino, já que é uma coisa obrigatória, que nos quer formar, com o qual perdemos tantas horas da nossa vida, devia ser uma garantia. Não pode ser uma pessoa, especialmente uma pessoa que não é formada, um adolescente ou uma criança, a ter a responsabilidade de se formar.*

Durante esta interação, as duas participantes parecem ter chegado a um consenso: os jovens poderiam procurar mais informação, mas é responsabilidade da escola assegurar que os estudantes têm acesso a conhecimentos políticos fundamentais.

Também no grupo do XR Porto, a falta de preparação dos alunos nas escolas e as hierarquias professor-estudantes foram exploradas por 3 das participantes:

Filipa: *O facto de estarmos na escola desde miúdos, e a forma como aprendemos e como nos ensinam as matérias e as coisas da vida já nos condicionam imenso, condicionam a nossa autoestima e a forma como nós nos posicionamos na sociedade. Os alunos são sempre olhados como pessoas passivas, para consumir informação e matéria para os testes. Esta forma de ensino não nos dá empowerment, nem é capacitadora. Depois os alunos saem da escola – e até mesmo na escola – e não têm ferramentas de comunicação, não sabem como podem agir para serem ativos na sociedade, para mudarem a sociedade. Acham que não podem mudar, porque também nunca mudaram nada na escola. O professor está acima, e o aluno tem que se sujeitar àquilo que é normal, àquilo que já existia antes de ele entrar para a escola e, depois, nós entramos na sociedade e não temos ferramentas para sermos participativos, ou para sabermos que temos o direito de mudar alguma coisa.*

Júlia: *O principal fator que eu ia dizer também era a educação, principalmente agora que criaram a disciplina da Cidadania Ativa. É uma boa iniciativa, mas é algo que não é trabalhado, parece que é apenas para poderem dizer que existe. ‘A educação é um problema’, e metem lá uma disciplina para que já não possam dizer que a educação é um problema [...] Vai acabar por ser outra disciplina em que os alunos são formatados e condicionados, e não vão aprofundar nada. É tapar buracos com algo que não veda nada, um penso rápido para um problema muito maior.*

Luísa: *Concordo com muitas coisas que já disseram [...] As hierarquias na escola também: a ideia de que “eu digo e tu aprendes”. E aprender deixa de ser aprender para passar a ser apenas memorizar.*

Rute (APA), quando questionada sobre o porquê de ainda existirem pessoas que ainda consideram meios não-tradicionais de participação política como irrelevantes, referiu também o papel que a educação desempenha no não-encorajamento de um sentido crítico:

Rute: *Dizemos que os jovens têm que pesquisar mais, mas nós raramente temos que fazer isso na escola [Ricardo sorri e concorda]. Dizem-nos que temos que ter espírito crítico. Mas, na escola e até na própria Faculdade, eu e outros colegas já tivemos essa experiência (e sei que depende bastante da Faculdade), em que o professor está a dar a matéria e, se nós quisermos contestar, perguntar, ou seja o que for, existe muita resistência a isso.*

Nesse sentido, Rute propõe uma reestruturação da escola que não passa necessariamente pela criação de disciplinas ou por mudanças curriculares, mas por uma maior participação e responsabilização dos estudantes nos processos de decisão e por uma valorização do trabalho das Associações de Estudantes.

No entanto, em algumas discussões a/os participantes defendem que há uma intencionalidade nesta ausência de uma educação política na escola, favorecendo cidadãos mais conformistas. Na Brigada Estudantil, a questão sobre a razão de algumas pessoas ainda não considerarem ações políticas alternativas como relevantes lançou um debate entre duas participantes e conduziu a uma discussão sobre a negligência com que alguns movimentos sociais são abordados nas escolas:

Patrícia: *Começando por discordar um bocadinho da Joana: quando a gente diz ‘As manifestações precisam de ter um efeito prático’... Eu acredito que **todos** [ênfase da participante] os direitos que temos hoje foram conquistados nas ruas! Infelizmente, a razão pela qual eu acho que as pessoas acham que não é relevante é porque nós não aprendemos isso na escola. Porque a História está mascarada só para mostrar aquilo que aconteceu, mas não explica [o processo] [...] Eu acho que é propositado, acima de tudo: ensinam-nos na escola aquilo que querem que nós saibamos e, infelizmente, não nos querem mais experientes ou mais conhecedores daquilo que foi realmente a história. Porque, se nós soubéssemos e conhecêssemos a fundo aquelas que foram as táticas utilizadas, a forma como foram alcançados esses direitos, ou como esses movimentos trabalharam, a nível nacional ou internacional, nós íamos olhar para a política de rua de forma diferente. Eu acho que falha um bocadinho esta ideia: as pessoas não percebem como é que os seus direitos foram conquistados e, se não percebem para que é que serve saírem à rua, não vão sair à rua. Eu acho que é um bocadinho isto.*

Tendo em conta este panorama, e quando questionados sobre que medidas adotariam para aumentar a participação política dos jovens, vários participantes falaram abertamente numa necessidade de reestruturação da educação, nomeadamente no sentido de promover mais ações organizadas por jovens, oferecer informação clara sobre o funcionamento e as competências das instituições, promover o debate, oferecer formação em áreas diversas e tornar o espaço escolar mais inclusivo.

O que é curioso é que, ao mesmo tempo que existe um profundo descontentamento com o sistema de ensino, um número significativo de participantes (incluindo vários

que apontaram falhas ao sistema educativo) afirmam que o seu interesse pela política começou precisamente na escola. Carlos (BrEst) e quatro dos participantes da APA (Rute, Gonçalo, Luís e Martim) apontam as suas participações em iniciativas como o Parlamento dos Jovens, Clubes Europeus e simulações das Nações Unidas como os eventos que lhes suscitaram o interesse pela política. Gonçalo e Martim referem ainda a sua participação nas Associações de Estudantes das suas escolas secundárias como o início de uma participação mais ativa.

Sete dos participantes identificaram as aulas de História e, nomeadamente, os eventos do século XX, como o ponto de partida pelo seu interesse pela política. Três dos participantes recordam de forma positiva os seus professores de História e reconhecem a influência positiva e decisiva que tiveram na sua politização.

A par das deficiências apontadas ao sistema de ensino obrigatório, vários participantes partilharam também a noção de que a sua entrada no Ensino Superior lhes permitiu colmatar essa falha. Esta ideia foi sobretudo reforçada no grupo do HeforShe (HfS), no qual todas as participantes argumentaram que a sua passagem pela Universidade lhes aguçou o interesse por questões políticas, embora isso possa acontecer mais numas áreas do que noutras:

Sandra: *Se calhar as pessoas que estão mais informadas podem estar mais preocupadas com determinados temas. Por exemplo, nós vemos que pessoas do contexto académico, estudantes, interagem muito mais com as causas, estão mais preocupadas com isso. Eu falo de pessoas que conheço, pessoas que acabaram a escolaridade obrigatória e não continuaram os estudos... se calhar, não estão dentro das causas, não se mobilizam para as apoiar, porque também não as conhecem. Nós muitas vezes, tomamos conhecimento destas coisas em contexto escolar, universitário, em conversa fora das aulas, mas com pessoas que estão no mesmo contexto que nós.*

Adriana: *Queria voltar um bocadinho atrás e discordar ligeiramente de uma coisa que a Sandra disse: eu acho que os estudantes universitários se importam mais com certas questões do que pessoas que [apenas] acabaram o 12.º. Eu acho que depende do estudante universitário, porque os estudantes universitários das áreas das ciências sociais e humanas vão dar mais enfoque a esse tipo de problemas na sua vida e preocupar-se mais com isso, do que propriamente pessoal que está nas engenharias. E eu não quero ser, de todo, generalista e reducionista. Não, de todo! Mas sinto muito que há mais essa preocupação nas ciências sociais e humanas do que propriamente nas engenharias e nas matemáticas*

Também no grupo do XR Porto, as participantes apontaram o papel fundamental que a universidade teve no despertar do seu interesse pela política, por se tratar de um espaço onde a discussão era encorajada dentro das aulas, mas também fora delas:

Filipa: *Eu acho que o meu interesse pela política foi quando entrei para o curso de Ciências da Educação, porque antes disso eu era mesmo desligada. Não tinha muito interesse e não via grande utilidade em aprender sobre política. Achava que, por ser mais nova, não teria o mesmo peso. E, depois, via o telejornal e discussões na televisão*

e achava tudo superseca, não me atraía nada. No meu curso, as aulas são muito práticas e fazemos muitos debates, e comecei a ter que pesquisar sobre política para os debates, comecei a perceber que educação é política e, para eu estudar e querer mudar algo na educação, tenho que perceber como é que Portugal funciona a nível de política. E, aí, comecei a ter muito interesse, a ler imenso e a estar muito mais atenta a todas as questões políticas.

No grupo da Já Marchavas!/A Coletiva, duas das participantes, ambas estudantes universitárias, também reconhecem que se tornaram mais ativas quando ingressaram na Universidade.

3.3. A responsabilidade individual: desconhecimento, ceticismo político, contração em si e privilégios

A discussão sobre as razões da não-participação, envolveu o elencar de vários fatores de natureza individual, supostamente característicos da/os jovens portugueses, que explicam a sua não participação.

3.3.1. Desconhecimento de formas de participação política não-convencionais e desilusão com formas de participação convencional

Para alguns/algumas participantes, muitos jovens não se envolvem porque desconhecem que existem outras formas de praticar política além das formas tradicionais (e.g. voto, militância em partidos). Para outra/os, mesmo que essa informação exista, persistem a desconfiança e o receio de participar nestas estruturas.

Quando lhes é perguntado por que razão algumas pessoas não atribuem importância a ações políticas não-convencionais, dois dos participantes do XR Porto apontam o receio e a desconfiança que a participação nestas ações ou nestas estruturas ainda suscitam:

Renato: *Não é muito óbvio, para quem está fora do ativismo e para quem não conhece, saber que pode participar e como pode participar. Eu conheço pessoalmente muitas pessoas que se preocupam com a questão climática, mas que não participam neste tipo de coisas porque, para elas, mesmo ir a uma manifestação é um bocado assustador e não sabem como funcionam, nem o que pode acontecer.*

Gonçalo (APA) considera que isto é um problema transversal: “Eu acho que não são só os jovens portugueses que não participam. Eu acho que toda a sociedade portuguesa deveria participar mais, em especial os jovens.” Na sua opinião, isto deve-se ao distanciamento que os portugueses, em geral, sentem em relação à política, assim como à “falta de resultados diretos”, e a um sentimento de desilusão generalizado com a política:

Gonçalo: *Muitas vezes não veem os resultados: vão votar, uma vez, num partido e, ao fim de 4 anos que lá esteve, percebe que não fez aquilo que era esperado, que não levou para a frente aquilo a que se tinha proposto. E acho que há uma falta de*

confiança no sistema político, também por causa da corrupção. Também porque desde novos não somos ensinados a ter uma vida política ativa, porque os nossos pais e os nossos avós já estavam cansados desse sistema, desta corrupção. E acho que é um bocadinho por aí. Deveriam participar mais, não o fazem por esta falta de contato direto e de visibilidade de medidas.

Amélia, da GCE, identifica uma ironia nesta postura: por um lado, afirma que as pessoas “desacreditam completamente nos partidos”; por outro lado, reconhece que, “quando se criam movimentos apartidários, também há sempre alguma resistência porque, no fundo, é uma mudança de paradigma no que toca à ação política”.

Este medo a formas alternativas de organização e atuação políticas é também identificado por dois membros do Levantados do Chão, quando lhes pedimos para refletirem na pouca importância que ainda lhes é atribuída:

Miguel: (...) *No meu ponto de vista, as pessoas, no geral, desacreditam a forma como se governa a sociedade, sentem-se alienadas da política que se pratica hoje em dia. E, enquanto projeto político alternativo, através deste protesto e política que outros designam como radical, o nosso fio condutor é apresentar propostas de organização alternativa que confrontam o capitalismo, o Estado e as instituições públicas. E há muitas pessoas que, apesar do seu descontentamento político, quando olham para nós, veem que a nossa forma de organização é uma forma de organização que elas desconhecem. Porque não há essa tradição de associativismo livre na maior parte da sociedade, de ação direta. Ação direta aqui significa tomar responsabilidade, empoderarmo-nos, pelo nosso futuro político, pela nossa decisão, pela sociedade. E, para algumas pessoas, isso acaba por ser algo muito assustador porque, apesar de achar que se encontram descontentes com a forma de governo, não conseguem ter um entendimento simples e não preconceituoso do que é uma organização apartidária, de associação livre, pluralista e horizontal.*

3.3.2. Falta de empatia e atitudes de individualismo

A persistência do “individualismo” e a persistência da “falta de empatia” foram as questões mais vezes levantadas ao longo dos grupos de discussão para explicar a não-participação política da população e, em particular, dos jovens.

O “individualismo”, e a sua ligação ao “materialismo” e ao “comodismo”, foi particularmente dominante no grupo de discussão com os participantes do Escudo Identitário que selecionaram consensualmente a imagem relativa às manifestações dos Coletes Amarelos, em França. Ao discutirem por que é que a imagem era relevante e por que é que este tipo de ação era ainda ignorado por outras pessoas, o consenso relativamente ao individualismo foi perentório:

Laura: *Relativamente às pessoas que não acham que haja essa necessidade de se revoltarem, de se manifestarem, mesmo que seja pacificamente, esse tipo de pessoas, muito sinceramente, têm um carácter individualista, o qual menosprezamos. Isto*

porque só olha para si, ou seja, ‘o que é que vou ganhar com isto?’. Tudo isto gira em volta de um pensamento individualista e também comodista. (...)

Diogo: (...) queria reforçar o que a Laura já disse sobre o individualismo: a vida urbana, o casa-trabalho, só vemos televisão. E esta dinâmica da vida que leva ao individualismo e a um materialismo que não tem fundamento não tem sustentação e onde as pessoas não se identificam com o coletivo. É isso que também procuramos combater, porque a unidade nacional é uma coisa importante para que consigamos andar para a frente enquanto país.

Questões relacionadas com a falta de empatia e posturas “individualistas” foram ainda levantadas em outros grupos. Adriana (HfS) tinha a esperança de que a pandemia forçasse as pessoas a “tirar os olhos do seu umbigo e a olhar para o outro”. No entanto, ela verificou precisamente o contrário e acredita que o “mundo seria muito melhor se as pessoas praticassem mais a sua capacidade de empatizar com o outro e de se porem na posição dele, ver o mundo através dos olhos dele”.

Na perspetiva de Júlia (XR), a “cultura do individualismo” é um dos “maiores problemas neste sistema”. Quando questionada sobre o que poderia levar os jovens a mobilizarem-se, Júlia garante que “as pessoas só procuram novos métodos de mudança quando as coisas lhes batem realmente à porta e afetam as suas liberdades individuais”. No XR Porto, dizem tentar combater essa cultura de “individualismo” e de desvinculação entre indivíduos e a coletividade:

“estar em coletivos, trabalharmos juntos, tentar criar redes, contactos, trabalharmos e evoluirmos juntos, procurar consensos e resolver conflitos que surgem. Tudo isso são competências que não nos dão, de todo, dão-nos exatamente o oposto: dividir e ficarmos sozinhos na nossa bolha”.

Outros participantes salientaram a ligação entre a sociedade de consumo e a alienação das pessoas em relação aos problemas sociais e às causas. Sandra (HfS), por exemplo, acredita que “a necessidade de ter determinados bens, determinadas coisas” faz com que as pessoas se iludam e desmobilizem e que o problema é exacerbado pelo que chamam de “comodismo”. Ao contrário de Adriana, o “comodismo” que Sandra identifica não tem uma natureza física ou material, mas intelectual: as pessoas são socializadas de modo a entenderem que determinados sistemas de opressão e culturas de violência (por exemplo, contra as mulheres) são naturais: “Se as pessoas adotarem muito essa postura de comodismo, de acharem que está tudo bem e não questionarem a própria perspetiva, as coisas não avançam. É necessário que haja pensamento crítico para a mudança.”

3.3.3. Necessidade sentida por alguns grupos de manterem os sistemas de privilégios que os beneficiam

Outra questão levantada, e particularmente assinalada nos grupos Levantados do Chão e Já Marchavas!/A Coletiva, foi a questão do privilégio. Respondendo à questão de

porque é que algumas pessoas não consideram a participação política não-tradicional como importante, Diana assinala que vivemos numa sociedade que protege determinados grupos e desencoraja a participação de outros:

Diana: *Eu acrescentaria aqui mais uma questão (...) há pessoas para com as quais as instituições não falham. Por exemplo, a frase 'há polícias bons'. Este tipo de frases, este tipo de colocações podem colocar-nos a questionar: polícia para quem? Porque há uma determinada parte da sociedade que, de facto, se sente protegida, que nas eleições se sente representada, no Parlamento sente-se representada, nas instituições sente-se validada. Então, não há como questionar um espaço que me aceita e que me serve perfeitamente. 'Porque é que vou sair para a rua para contestar uma polícia que a mim me serve para aquilo de que eu necessito? Eu sou da classe média, com uma condição de habitabilidade boa, alimentação, saúde, educação. Porque é que vou sair à rua contestar um sistema e uma instituição que me servem perfeitamente?'. É mais nesse sentido: é a empatia, é a solidariedade e é um conhecimento de outras realidades. Não é que as pessoas saíssem daquele que é o seu privilégio, porque não dá para fugir ao privilégio; mas, se as pessoas tivessem mais consciência do quão e como as instituições têm falhado para com pessoas LGBT, pessoas racializadas, trabalhadores precarizados -todas as pessoas com as quais os Levantados do Chão se identifica na luta -, se tivessem maior conhecimento do que são as falhas institucionais e as falhas para com essas camadas da população, eu acho que a mobilização seria maior.*

Para Vicente (JáM), as pessoas que desvalorizam outras formas de participação política “não se sentem atacadas e falam de uma certa posição de privilégio. (...) Acho que, muitas vezes, esses argumentos vêm do facto de não conseguirem ter empatia ou olhar pelas outras e pelos outros”. Quando lhes é perguntado se os jovens estariam prontos para atuar se fosse necessário, e a que temas ou a que limites teríamos que chegar para que isso acontecesse, os três participantes do grupo Já Marchavas!/A Coletiva também concordaram no fator do privilégio:

Caetana: *Eu acho que, para aqueles jovens que não têm a necessidade de se expressar desta maneira, tem a ver com o privilégio que têm. São pessoas que não sentem a necessidade de usar a sua voz neste sentido. É justo, não sentem essa necessidade e não a utilizam. Para essas pessoas sentirem essa necessidade de falar e de agir, eu acho que teria que chegar a um extremo: ou, financeiramente, isto ir tudo pelos ares – que é o que provavelmente irá acontecer –, ou que a nossa liberdade seja posta em causa.*

No grupo da APA, Ricardo faz a mesma análise, confrontando as diferentes reações que os movimentos antirracista, feminista e pela justiça climática suscitam e explicando-os através de uma lente de privilégio:

Muitas das pessoas que não concordam com estas causas são as pessoas que estão mais cómodas, confortáveis e veem os seus direitos e privilégios garantidos. E, quando assistem a outras pessoas a contestar esse mesmo poder instalado ou esse comodismo instalado, acabam por tentar defender-se, como qualquer pessoa, é o instinto natural [...] Nas questões raciais, nós assistimos a um discurso um bocadinho polarizador nesse sentido. Dizemos que a sociedade é racista, mas em Portugal, por exemplo,

em que a população negra é ainda mais minoritária que nos EUA, as pessoas veem isso logo como uma afronta à população branca. É isso que eu sinto. E por isso é que gerou toda esta onda de contramanifestação e de opinião totalmente contrária e polarizada em relação ao movimento. Porque não o veem como um movimento de direitos humanos, de direitos sociais e de justiça, veem-no como um movimento de puro ataque ao homem branco, vamos dizê-lo assim. Percebo por que é que as pessoas se possam sentir atacadas e gerar este tipo de contramanifestações.

3.4. Dificuldades e obstáculos no acesso à participação política

A discussão em torno das causas mais mobilizadoras para os jovens fez emergir uma série de fatores que geram dificuldades ou constituem obstáculos para a participação política juvenil. Os fatores mais identificados foram os seguintes: questões geográficas; questões geracionais; questões de classe e desigualdade socioeconómica; questões de género; e excessiva intelectualização da linguagem política.

3.4.1. Questões geográficas

De uma forma geral, questões relacionadas com a geografia dos movimentos (*e.g.* impossibilidade de mobilizar pessoas que vivam em zonas rurais ou em núcleos urbanos de pequena dimensão) foram observadas por pessoas que cresceram ou que vivem em meios mais pequenos, comparando o seu nível de atividade nas grandes cidades para onde se transferiram com a ausência de estruturas dos lugares onde viviam anteriormente.

É o caso de Adriana (HfS), a única das 3 participantes do grupo que viveu quase sempre numa cidade pequena. Durante a discussão sobre se as lutas feminista e antirracista, assinaladas como as mais relevantes, tinham a mesma capacidade de mobilização entre vários grupos sociais, Sandra falou na existência de uma “bolha” de ativismo nas universidades, e Adriana aproveitou para relacionar o termo com a sua própria experiência de estudante deslocada:

Adriana: *Concordo muito com a Sandra quando ela diz que depende muito da bolha onde nós vivemos. Eu não sei de onde vocês vieram; de onde é que vocês vieram?*

Marília: *Eu sou do Porto, mas estudo em Braga.*

Sandra: *Eu também sou do Porto e estudo aqui no Porto.*

Adriana: *Pronto, eu vim de um meio pequeno, com perto de (eu creio que não chegava) 4000 habitantes.¹ Ou seja, menos, muito menos do que o número de estudantes existentes em algumas faculdades. Onde este tipo de questões associadas à igualdade do género,*

¹ A informação relativa à localização exata da participante foi retirada, de forma a assegurarmos o seu anonimato. O mesmo foi feito para outros participantes, cujas localidades de origem e/ou residência poderiam levar à sua identificação.

questões LGBT, racismo não existem, porque ainda vivemos numa sociedade geralmente mais conservadora de que em muitos outros sítios. Se calhar, as pessoas pensavam nisso mas, possivelmente, não fazia sentido consoante o resto do pensamento da restante ilha. Eu também acho que depende muito do sítio onde nós estamos e das ferramentas que nos facultam. Por isso é que a educação para a cidadania me parece algo muito importante.

Quando questionada sobre os obstáculos à participação política dos jovens, Filipa (XR), estudante universitária no Porto, mas oriunda de uma cidade mais pequena, identificou imediatamente o fator geográfico: “Eu venho de uma cidade pequena e não tenho nenhum amigo ativista ou num coletivo, porque nem sequer existem coletivos aí ou em cidades mais pequenas”.

Considerando que a atuação da Brigada Estudantil é feita no plano nacional e que os participantes do grupo residiam em cidades diferentes, estes foram encorajados a pensar que outros obstáculos podiam impedir uma maior participação dos jovens, e, entre eles, sentiam que a geografia podia ser um deles.

Carlos: *Eu queria dizer que isto tem tudo a ver com a socialização, e não só dentro de casa, mas também fora dela. E, honestamente, faz toda a diferença estar numa cidade grande ou numa aldeia pequenina.*

Patrícia: *Eu queria fazer uma ponte com o que a Joana estava a dizer [...] e fazendo uma ponte com aquilo de vir de uma família mais pobre, do interior, mais conservadora. [...] Eu estou a tentar mobilizar pessoas no Algarve há dois anos. E é muito difícil porquê? Porque nem as juventudes partidárias se veem por lá. Como é que nós queremos que os jovens participem se não há nada que eles possam partilhar? Se não há essas sementes de palestras, de conversas, de ações?*

Quando questionados diretamente sobre se existem diferenças geográficas no que diz respeito ao ativismo, Vicente e Caetana (JÁM), ambos de meios pequenos, afirmam que sim:

Vicente: *No geral, há diferenças. São muito poucos os casos que conseguem quebrar com essa bolha de ativismo urbano para o ativismo rural. (...) Há esse problema que temos que atacar, o de levar o ativismo a mais gente, e tem-se tentado lentamente fazê-lo...*

Caetana: *Eu sou de Viseu, mas nasci num meio mais pequeno, onde vivi até aos 15 anos [...] ativismo é algo que não chega lá de todo. Em Viseu, sim, mas lá estas coisas não chegam. Sobretudo o feminismo... nem se comenta, não chega lá. Chega através da televisão, mas não é algo que lhes interesse. E eu penso que, no mundo rural, os interesses são outros, vejo mais por aí, é algo que não lhes interessa.*

Dentro do Escudo Identitário, as diferenças geográficas também são sentidas, mas dizem sobretudo respeito aos temas e às causas, e não tanto à participação/mobilização. Na verdade, o Escudo Identitário é o único onde se refere que a mobilização possa estar facilitada em meios mais pequenos:

Laura: *É bastante relativo, vai conforme o tópico. A interação feita num meio pequeno é completamente diferente daquela que é feita numa cidade. Por exemplo, a última ação que fizemos para colagem de cartazes, por causa do governo atual: teve muito mais impacto em zonas mais pequenas e tivemos imenso feedback nesse sentido, principalmente do interior do país, ao qual também já conseguimos chegar. Nas cidades, é apenas mais um cartaz que ali está colado. Param 1 ou 2 pessoas para ver, só 1 ou duas pessoas é que nos abordam nas grandes cidades. A diferença que posso notar é mesmo no ambiente cidade, aldeia, vila. Há toda uma dinâmica diferente [...], o meio em que se vive, isso tem muito mais influência, tem muito mais impacto na mentalidade de uma pessoa e na forma como uma pessoa vive do que tudo o resto. Não descurando tudo o resto, porque é obvio que o resto também influencia, mas não influencia tanto como o meio em que vivemos, crescemos e trabalhamos. Tudo isso influencia mais porque cohabita dentro de nós e acaba por também nos influenciar.*

3.4.2. Questões geracionais

Vários participantes apontaram o fator intergeracional como decisivo na capacidade de mobilização das causas e dos grupos. Para a maioria, os jovens são mais participativos do que a geração dos pais. Esta observação é sobretudo relevante para a luta climática, que foi apontada por um elevado número de participantes como sendo uma das causas mais mobilizadoras nos dias de hoje.

No grupo do XR Porto, duas das participantes argumentaram que a própria natureza da luta climática incentiva muito mais à participação dos jovens do que de gerações mais velhas.

Luísa: *Aqui também entra, logicamente, o fator da idade porque se falta o fator empatia, significa que as gerações mais velhas se vão sentir completamente a leste do problema. Não vai ser um problema que as afete e nem sequer pensam que as gerações futuras, os seus netos e os seus filhos vão sofrer com isso. Só estão a pensar que não é um problema deles. Acho que não têm compaixão para com o problema, nem para quem está a tentar fazer alguma coisa.*

Júlia: *É engraçado também fazer essa comparação. O XR é um movimento internacional e dá para ver a composição dos grupos e a composição das manifestações nos vários sítios. Em nenhum sítio acho que tenha a mesma relevância para todos os grupos, infelizmente. Em Portugal afeta mais os mais novos. Em comparação, por exemplo, com o Reino Unido, em que vejo mais pessoal mais velho, da idade dos meus pais, pessoas mais estáveis, o seu rendimento, as suas poupanças e os filhos criados e provavelmente fora de casa. Então, sentem que podem “sacrificar-se” para isto e também esse sentido de responsabilidade. Mas aqui é exatamente o oposto que vemos: é o desinteresse total em faixas etárias superiores e, entre os jovens, existe mais esta vontade de se mobilizarem.*

As opiniões de Júlia e de Renato permitem observar uma complexificação da questão geracional. Nas suas opiniões, esta clivagem entre gerações mais jovens e mais velhas

não é um dado garantido, mas depende do contexto e poderá estar relacionada com questões associadas à estabilidade económica e de acesso à informação. Também parece existir a percepção de que, mais do que uma clivagem geracional absoluta, estas diferenças variam de acordo com o tema ou a causa em questão, tal como sentem acontecer relativamente às disparidades geográficas.

Outros participantes observaram uma diferença também entre a politização da geração dos seus pais e a dos seus avós, que associam às distintas experiências políticas das duas gerações e à memória coletiva da ditadura. Este tópico foi levantado por vários participantes da Brigada Estudantil, quando questionados sobre a possível existência de obstáculos à participação dos jovens:

***Fabiana:** Uma coisa que eu acho que influencia muito é a educação, não só na escola, mas também em casa. Acho que muitos pais provavelmente também não tiveram a ligação necessária. Acho que há uma grande diferença entre a geração dos nossos avós e a geração dos nossos pais. Porque os nossos avós foram os que experienciaram mais na pele o fascismo e a ditadura e são mais dados a estas causas da luta antifascista e querem saber de política. Enquanto os nossos pais, pelo menos os meus e os dos meus amigos, que viveram na transição, começaram a ver as coisas a melhorar e começaram a desligar-se disso, não transmitiram a força política e o interesse que deveriam para a nossa geração.*

3.4.3. Questões de classe e desigualdades socioeconómicas

Apesar de a maioria dos participantes não fazer referência ao conceito de “classe social”, em praticamente todos os grupos foram mencionados obstáculos à participação política relacionados com questões socioeconómicas e fatores que entendem como adjacentes, como o excesso trabalho e a falta de tempo e de disponibilidade.

Patrícia (BrEst) não só considera que é incorreto colocar a responsabilidade pela participação nas pessoas, como a coloca nos movimentos e nos coletivos, que têm “de parar de fazer coisas em horários em que a maior parte das pessoas com menos poder económico estão a trabalhar, em sítios onde as pessoas não têm como lá chegar”.

Uma discussão relativamente às divisões sociais e, mais especificamente, às classes sociais surgiu no grupo Levantados do Chão, onde um dos elementos, Vasco, discordava da tese que sustenta que as várias causas que mobilizam os jovens produzam efetiva divisão entre grupos sociais:

***Vasco:** Não acho que os movimentos sociais se dividam entre grupos sociais. Acho que esse é um discurso perpetuado por aqueles que querem acabar com esses movimentos, mas que deve ser construído e clarificado. Essa divisão social não existe dentro dos movimentos, porque no fundo os movimentos estão lá em prol do mesmo grupo social, e o único grupo social que existe, no fundo, é a sociedade no seu todo.*

***Miguel:** Eu sou mais cético que o Vasco e acho que, não sendo intenção e objetivo haver divisões sociais, essas divisões existem. E há grupos sociais económicos e*

políticos que não estão presentes nas manifestações antirracistas e que não estão presentes nas manifestações por uma sociedade feminista. Porque, quando saímos à rua para confrontar todas estas injustiças sociais, estamos a pôr em risco o status quo da sociedade, e que a muitos convém que se mantenha assim: porque têm interesses económicos, têm interesses morais, até [...] O próprio Marx e Kropotkin falavam sobre uma questão essencial: há grupos sociais que só vão sentir a urgência da luta quando se virem confrontados, quando lhes faltarem os serviços básicos, o saneamento, a alimentação, a habitação... para certas pessoas não há um interesse tão grande e acaba por haver essa divisão entre grupos sociais. Não quero estar aqui a criar barreiras nem barricadas, mas a questão é mais complexa que isto também.

O único grupo onde estas questões de natureza socioeconómica foram abertamente rejeitadas foi no Escudo Identitário. Quando questionados diretamente sobre se a classe social influencia a participação das pessoas, Laura (Escudo) foi perentória:

“A questão do estrato social também está de facto bastante correlacionada, como é óbvio. Acima de tudo, não descurando todos os outros, o fator que nos influencia mais é o meio que nos rodeia [...] A nível da classe social, não pensamos que entre muito por aí, pensamos que é mais o ambiente que rodeia as pessoas que poderá despertar os seus interesses”.

3.4.4. Questões de género, exclusão e interseccionalidade

Nos casos onde a causa feminista foi apontada como uma das causas mais mobilizadoras, existe um consenso de que as mulheres, tendo um especial interesse na luta pelos seus direitos, constituem a esmagadora maioria de participantes nestes movimentos. No entanto, apenas duas participantes, Patrícia (BrEst) e Diana (LevC), ponderaram a presença esmagadora das mulheres nos movimentos sociais no seu todo. De acordo com Patrícia, é importante salientar que as mulheres tendencialmente se mobilizam por lutas que, aparentemente, não lhes dizem apenas respeito a elas:

“As mulheres, talvez não por bons motivos, têm muito mais esta propensão para serem cuidadoras. E não estou a falar a nível formal ou informal, mas desta ideia de nós sentirmos que temos uma responsabilidade perante os outros. E há uma clara maioria de mulheres nos movimentos sociais, e isso é também uma prova do sistema que nós temos. Mas acho que as mulheres são mais fáceis de mobilizar para causas que não lhes tocam a elas.”

Segundo Diana,

“São raros os homens, cis, brancos, heteronormativos que aderem às lutas antirracistas ou aos movimentos feministas. ‘Se tenho um sistema que me serve perfeitamente, porque vou questionar o próprio sistema?’. Eu acho que existe esse distanciamento entre grupos e classes, e acho que é muito óbvio. Não é que os movimentos não sirvam essas pessoas. Mas há uma diferença entre grupos que se identificam com as lutas, isso há. É a convivência das pessoas com a opressão que as

faz identificarem-se ou não. E acho que isso é palpável, é legítimo, é visível em cada movimento, apesar de não ter o melhor conhecimento sobre esse fenómeno e de não conseguir estudá-lo. Mas é óbvio que existe essa divisão.”

O Escudo Identitário destaca-se também aqui, considerando que o género não é uma questão relevante:

“Laura: *Relativamente a homens e mulheres, não há qualquer diferença, até porque nós próprios temos essa questão bem presente: tanto homens como mulheres são igualmente válidos. Eu sou a prova viva disso, o Manuel também e o Diogo. Somos todos prova viva disso, portanto essa questão do género é um bocado um não-assunto, nem vale a pena.”*

Ainda que, na discussão, se reconheça a singularidade (e as dificuldades) do percurso de Laura, que é dirigente do grupo, e a importância da sua presença para mobilizar outras mulheres:

“Manuel: *E a Laura foi o nosso primeiro elemento feminino, de maneira mais oficial.*

Laura: Foi um bocado como: ‘O quê? Uma mulher que se interessa por isto?’. Fiquei um bocado surpreendida com a própria reação, porque pensei ‘Então não há aqui mulheres ou quê? Como é que é isto?’, e respondiam-me ‘Já sabes como é que é, é sempre a mesma coisa’. E eu [respondi] ‘pronto, vou contribuir da melhor forma que sei, e acabei na direção...’

Manuel: *Construíste um caminho para lá chegar!*

Laura: *Sim, também! Tive alguns frente-a-frente muito, muito acesos. Não digo fisicamente, mas verbalmente foram muito acesos. Principalmente com pessoas mais velhas, de outros movimentos e outros grupos, que diziam ‘O quê, uma mulher aqui? Isto vai ser uma desgraça, tu não sabes nada, está mas é calada!’. Já ouvi isto muitas vezes, muitas vezes, e ainda hoje às vezes oiço, quando entro em debates. Mas já é completamente diferente, porque a resposta das pessoas mais velhas já é de respeito, de prestarem atenção àquilo que eu digo, e da forma como apresento também. Tive que criar algumas defesas, como é óbvio, porque, principalmente no ativismo político, isto é tudo muito bonito, colar cartazes, pendurar faixas, fazer desporto e solidariedade, mas também tem muito que se lhe diga. E foi por isso que também consegui abrir caminho para que mais mulheres se juntassem ao grupo. Porque ter uma mulher na frente de um protesto é completamente diferente de ter um homem, tem um impacto completamente diferente.”*

Para os membros da Brigada Estudantil, o problema é mais vasto e abrange outros grupos discriminados, por exemplo em função do estatuto de imigrante ou da raça, que são excluídos nestes movimentos. Esta questão foi colocada logo no início da discussão, a propósito das imagens das manifestações *Black Lives Matter* (BLM):

Patrícia: *(...) já não é a primeira nem a segunda vez dentro de movimentos que sentimos que “está aqui a faltar alguma coisa”. Onde é que estão as pessoas migrantes, onde é que estão as pessoas não-brancas? Nós estamos a chegar a algumas*

peessoas, mas estamos a deixar outras de lado. Essa fotografia marcou-me por toda a energia que lá foi sentida, porque foi o momento que foi. Para além da questão dos assassinatos, estávamos numa pandemia e não sabíamos se as pessoas iam sair à rua... para mim isso foi uma réstia de esperança perceber que tínhamos ali pessoas que têm a empatia para perceber que há outras pessoas que estão a sofrer, que saíram à rua, mesmo arriscando-se, e foi um momento mesmo marcante nesse sentido.

A questão da interseccionalidade dentro dos movimentos foi ainda levantada por três participantes da Brigada, quando questionadas sobre se a luta climática chega a toda a gente da mesma forma:

Joana: *Eu acho que mesmo a questão do clima não é nunca igualmente relevante para toda a gente, porque – acho que já o referiram – o impacto ambiental também vai afetar pessoas que já estão a sofrer mais por outras causas. Pessoas que sofrem com o racismo são também pessoas que vivem em zonas mais pobres, em que o acesso a água não-poluída já poderia ser mais dificultado e que só se vai tornar mais difícil. Pessoas de baixo rendimento também vão sair mais afetadas pela crise ambiental [...]. Temos tantos casos disso relativamente à causa do clima: trabalhadores que trabalham em fábricas mais poluentes, a receber muito pior, vão ser sempre mais afetados, porque vão sofrer impacto na saúde, mais diretamente e mais cedo que outras pessoas a trabalhar noutras condições. Todas essas lutas estão muito relacionadas. Como a Patrícia disse, é impossível separá-las e a interseccionalidade é precisamente importante por causa disso, porque é ingénuo dizer que as lutas estão separadas.*

3.4.5. Intelectualização da linguagem e afastamento de certos grupos

Em vários momentos, a discussão desenvolveu-se no sentido do que poderia ou estava a ser feito dentro dos movimentos para garantir uma maior representatividade. A complexificação da linguagem política (também descrita, por alguns participantes, como “intelectualização” ou “elitização”) como desencorajadora da participação dos jovens foi exposta por Diana (LeVC), que considera que esta é uma das causas que fomenta a abstenção eleitoral entre os jovens:

“Não temos maneira de perceber, com a nossa linguagem, quais são as intenções de cada partido, é uma linguagem para explicar partidos e para falar política que só é acessível a quem está nesses meios, ou quem é mais velho [...] Por exemplo, quando se vai explicar política concreta, o que significa um RSI, nós não sabemos o que é um IRS, nós não sabemos o que é uma TSU, nós nem sequer sabemos o que estão a discutir quando discutem política, e trata-se de uma política que nos afeta. (...) [a dificuldade em compreender esta terminologia pode gerar a perceção de] “que a política não é feita para jovens. A política não é para as crianças, não é? Não é para as crianças perceberem de políticas, as crianças não fazem política. Eu acho que esse é apenas um dos primeiros indicadores de como os jovens estão excluídos do processo político [...] Nós só podemos lidar com aquilo que é infantilizado: podes pintar um cartaz às cores, podes fazer um cartaz todo bonitinho, e só te é permitido falar de política até aí, até esse espaço. Fazes um cartaz bonito, uma fala toda despolitizada, e limitas-te a isso. Limitas-te a ser infantilizado e caricaturado como uma criança.”

Esta questão é também sentida nas redes sociais, como Diana aponta: “No Twitter, por exemplo, (...) quem fala de uma forma mais infantilizada, mais pronta, mais imediata é logo colocado de parte e já não serve como sujeito entendedor de política ou não faz parte da classe politizada.”

Para Patrícia (BrEst), que abordou os problemas que sentiu durante a sua entrada na atividade política (nomeadamente com a compreensão de questões teóricas e de linguagem política entendida como especializada), existem obstáculos à entrada de mais jovens nos movimentos sociais e nos partidos. A participante explicou que já tentou trazer mais pessoas para a Brigada Estudantil, mas que todas se afastaram porque não conheciam conceitos básicos que são necessários para acompanhar os debates:

“E sentem-se burras. E eu tenho que dizer-lhes isto: ‘Olhem lá, eu há dois anos não sabia nada disto, não pescava nada, e vocês não são burros. Vocês são um produto daquilo que o sistema educativo quis que vocês fossem’.”

3.5. (Des)valorização das vozes do/as jovens

Toda/os a/os participantes afirmaram que sentem não serem levados a sério por “adultos” ou pela “sociedade”, em geral, ou seja, fora dos coletivos/movimentos a que pertencem, por diversos fatores.

3.5.1. Opiniões e participação dos jovens são desvalorizadas devido à sua idade e inexperiência

No que diz respeito à participação política dos jovens, Sandra (HfS) salienta ainda que muitas vezes a/os jovens não encontram espaços onde possam ser ouvida/os e participar e defende que existe “muito a crença de que, se as pessoas são adultas, já aprenderam tudo” e que o/as jovens, “mesmo tendo a oportunidade de participar, não verão a sua participação tão valorizada quanto a de um adulto”.

Para Diogo (EscId), também existe uma resistência por parte dos mais velhos em adotar as estratégias sugeridas pelos mais jovens, assim como uma tendência para “dizer que as coisas têm que ser feitas assim, porque eles sabem”. Na sua opinião, a melhor estratégia neste caso é “chocalhar um bocado as mentalidades, ter uma abordagem nova que chegue a mais gente”.

Fabiana (BrEst), que já trabalhou anteriormente como ONG e com um dos maiores partidos políticos, considera que o trabalho que realiza no coletivo não é “levado tanto a sério” como os anteriores. Dando o exemplo da comunicação que mantém com reitores e diretores de instituições de ensino superior, Fabiana sente que ela e os seus companheiros são tratados como “os miúditos das causas” e sente também que a geração mais velha, ora se queixa de que os jovens não se interessam por nada, ora os trata como miúdos quando eles se envolvem ativamente em algo: “Nós somos adultos para umas coisas e somos miúdos para outras.” Esta ideia de um certo “paternalismo”

e “infantilização” é também avançada por Diana (LevC) e por Patrícia (BrEst), que considera que, quando acedem a espaços com pessoas mais velhas, “eu acho que somos muito infantilizados, como se não soubéssemos aquilo que estamos a falar. Há muito aquele paternalismo, a ideia de que ‘temos que ajudar o jovem, e ele é pequenino e tal.’”

O sentimento de descredibilização das suas opiniões seria novamente retomado por outros participantes, quando questionados diretamente sobre se se sentiam levados a sério:

Júlia: *Eu lembro-me logo de uma das discussões que eu tive com o meu irmão [...] E ele que ainda não é da idade dos meus pais, que não tem idade para estar tão conformado, já estava a dizer que eu ia arrepende-me, que daqui a uns anos já não ia pensar da mesma maneira, que estava a ser exagerada, que ia ficar com cadastro se fosse apanhada e que isto ia manchar a minha vida! Recebemos sempre um discurso tão condescendente, de que não sabemos o que estamos a fazer, e isso é o que também me deixa bastante frustrada: quando sei que estou a agir baseada em factos, especialmente na causa da justiça climática, e contra esses factos eu recebo argumentos condescendentes, de que eu não sei do que estou a falar e o que eu vou fazer não vai ter impacto nenhum. [...] E é por alguma razão que nos parlamentos e nas assembleias eles levam crianças a falar. Ouvem a Greta, ouvem aquela rapariga que falou nos anos 90 com um discurso parecido, levam sempre crianças porque eles ouvem, ou melhor, dão a parecer ao mundo que ouvem, e parece que estão perto das gerações mais novas. Mas, depois, ignoram completamente o que elas dizem. E na cabeça deles é mais fácil ignorar o que uma criança está a dizer do que levar lá um cientista a falar. Somos tão desvalorizados que passamos a ser uma estratégia de comunicação para eles.*

A ideia de que a presença dos jovens pode até ser usada como estratégia de comunicação em determinados contextos foi também levantada no grupo da APA. Para Rute, “os momentos em que os jovens não são ouvidos são precisamente aqueles em que teriam mais impacto”. Para Ricardo, parece que não existe uma verdadeira motivação para a participação política dos jovens:

“Parece que muitos partidos pegam nisto apenas como uma forma de aglomerar votos [Gonçalo e Rute concordam], veem isto como uma forma de estratégia para alavancarem a sua própria reputação e a sua imagem. Veem que os jovens ‘estão na moda’, os partidos veem que os jovens assumem cada vez mais o palco, até com as questões das alterações climáticas, mas sinto que, em Portugal, ainda não passamos a fase em que os jovens são um mero instrumento de política ou uma mera caixa de ressonância daquilo que nós queremos, para [a fase em que] olham para eles como uma franja importante da sociedade e como pessoas que têm que ouvir.”

No entanto, quer Caetana, quer Vicente (Já Marchavas!/A Coletiva)(JáM) sentem-se ouvidos dentro do coletivo, mas não fora dele:

Caetana: *Quando eu vou às manifestações, sinto-me rodeada por pessoas que estão na mesma luta que eu e que querem o mesmo que eu. E, aí, sinto-me no topo do mundo, e sinto-me super bem. [...] E, se eu falar com pessoas mais velhas, sinto que*

elas não valorizam a opinião jovem. E sinto muito isso até com familiares, que me dizem ‘quando tu pagares as tuas contas vem-me falar.’ [...]

Vicente: *Acho que há duas vertentes. Como a Caetana referiu, estar num protesto, rodeado de ativistas com quem me sinto superconfortável, temos ali o nosso pico de felicidade. Depois temos também o pós-manifestação, as reivindicações que levam, e é superpositivo quando sabemos que um coletivo onde estamos é ouvido por um partido, que é a base das institucionais. E acho que nessa bolha de ativistas conseguimos ser ouvidos, principalmente quando tem efeitos reais. São tão raros, mas, quando acontecem, são um motivo de felicidade. Mas, depois, também há isso que a Caetana referiu, e bem: a população em geral, às vezes, olha-nos com descrédito.*

3.5.2. Precariedade laboral e dependência económica como motivo de descredibilização

Vários participantes referiram que um dos fatores que contribuem para a descredibilização das suas atividades políticas é o facto de não terem ainda conseguido alcançar determinados patamares económicos e laborais, sobretudo quando as suas conquistas são comparadas com as das gerações anteriores.

É o caso de Marília e de Adriana (HfS), para quem os jovens têm que se esforçar para ser ouvidos, porque a situação laboral, económica e familiar de uma pessoa com 21 anos não é a mesma de há 30 anos, com as pessoas adultas a considerarem que a/os jovens não têm, hoje, as responsabilidades da vida (adulta):

Sandra: *Eu acho que há muito a crença de que, se as pessoas são adultas, já aprenderam tudo. Ou seja, já sabem tudo, já nem é sequer questionável aquilo que elas defendem. E, no caso dos jovens, [pensam] “ainda está a aprender, não sabem nada, se têm direito a participar, a sua participação não deve ser tida em conta da mesma forma que a dos adultos”. [...] Ok, nós queremos participar, mas a nossa participação não é ouvida como a dos adultos. Portanto, isto tem que partir, digamos, de quem está numa posição de poder. E não digo só poder político; digo os adultos em geral, que têm que desconstruir um pouco aquela noção de que os jovens não sabem nada. Porque nós estamos a aprender ao longo da vida: eu acredito muito nisso. Mesmo os adultos.*

3.5.3. Desvalorização das juventudes partidárias e da presença jovem dentro dos partidos

Outro dos fatores que é apontado como prova da descredibilização dos jovens na política é a incoerência que existe dentro dos partidos, sobretudo no que diz respeito às divisões entre partidos e juventudes partidárias.

Vasco (LevC) dá o exemplo do PAN, que propõe o direito de voto a partir dos 16 anos. No entanto, como o participante aponta, dentro das estruturas do partido, existem estatutos que não permitem que os seus membros assumam um cargo até completarem

18 anos. Para Vasco, é contraditório que um partido pense que alguém com 16 anos possa votar, “mas não possa ter uma voz dentro daquilo que é o projeto do partido”. Na opinião de Vasco, que milita num partido sem juventude partidária e onde se sente “completamente ouvido”, esta contradição estende-se aos partidos e às juventudes partidárias, que são uma forma de separar os jovens da política tradicional:

“Ao mesmo tempo que existe uma juventude partidária que dá voz a esses jovens, existe também essa separação entre a política que os jovens fazem e a política que o partido faz [...] Se nós temos uma participação dos jovens, porque é que esses jovens não estão nas salas de reuniões com militantes mais velhos? Porque é que esses jovens não são ouvidos da mesma forma que um coordenador distrital do partido?”

A experiência de Manuel (EscId) na juventude de um outro partido, que ele próprio ajudou a fundar, parece confirmar esta análise:

“Saí por desavenças com a direção do partido. E saí porque não era valorizado; nós não éramos valorizados lá dentro [...] Éramos pessoas com ideias perfeitas para aquilo que hoje seria um partido de direita conservadora, e fomos completamente afastados porque íamos contra o statu quo da direção.”

Manuel diz que encontrou no Escudo uma forma de mostrar o seu valor, “sem grandes extremismos, sem violência”, mas confessa que até neste movimento sentiu que ele e outros companheiros não foram inicialmente aceites pelas pessoas mais velhas: “éramos vistos como pessoas que não tinham conhecimento, que andávamos aqui há poucos anos, não tínhamos experiência”.

Amélia (GCE) tem a mesma opinião: o descrédito com que os jovens são confrontados também existe nos partidos com juventudes partidárias, chegando ao ponto de as duas estruturas defenderem políticas contraditórias: “Mesmo que sejam os jovens que provavelmente vão estar a tomar conta dos partidos nos próximos anos, as suas opiniões nem são consideradas, porque as posições são completamente divergentes” – havendo aqui continuidade com os dados do capítulo terceiro.

3.6. Formas de participação: redes, rua e (ainda) o voto

Tendo em conta a participação dos jovens entrevistados em movimentos e coletivos, as perguntas que lhes colocámos prendiam-se sobretudo com as perspetivas que tinham sobre formas de ação política não-convencionais. Estas ideias surgiram logo durante a primeira fase dos grupos de discussão, durante a qual a vasta maioria dos participantes elegeu imagens relativas a manifestações, uso de plataformas artísticas, *graffiti*, etc. Nesse sentido, foi-lhes perguntado que papel atribuíam a este tipo de ação política e que relevância estas ações tinham para o seu trabalho e para o trabalho dos coletivos em que participavam. Na sequência destas questões, as potencialidades e os riscos inerentes ao ativismo *online* foram levantadas frequentemente, e é precisamente por esse tópico que começaremos a nossa análise.

3.6.1. Potencialidades e perigos do uso das redes sociais na organização e mobilização política dos jovens

Foram vários os participantes que assinalaram que, apesar de as redes sociais facilitarem o acesso a informação de natureza política e poderem facilitar a mobilização (ou, pelo menos, a politização) dos jovens, podem também conduzir a uma participação política superficial, agravada pela propagação de informação fácil e/ou condicionada às preferências de quem faz as buscas.

Vários participantes consideram as redes sociais como uma boa ferramenta, não só para a mobilização dos jovens, como também para a transmissão de informação e de conhecimento político. Amélia, da GCE, assinala mesmo que a sua entrada no Twitter foi essencial para o despertar do seu interesse político, porque

“O facto de lidar com informação de todos os tipos e querer responder às pessoas fez com que tivesse a necessidade de me informar, ter uma posição, dizer que sim ou que não e poder construir também a minha própria informação debatendo com outras pessoas.”

Adriana, do HeforShe, teve uma experiência semelhante enquanto utilizadora recente do Twitter, que diz ter “uma força que nem se imagina”. A participante diz que já aprendeu, através das *threads* que outros utilizadores fazem, “imensa informação lá, informação que deveria ser dada em contexto escolar, de forma apartidária, para educar as crianças para a participação”.

Joana (BrEst) partilha da mesma opinião relativamente ao TikTok, uma rede social para aplicação de vídeos curtos (até 15 segundos), porque pensa que talvez seja “o suficiente para gerar curiosidade, e as pessoas vão pesquisar mais sobre isso e vão ler”. Na sua perspetiva, as redes sociais podem tornar-se fundamentais “na luta daqui para a frente e para atrair pessoas novas”.

Apesar de, potencialmente, facilitarem a politização dos jovens, os problemas inerentes ao uso das redes sociais também foram discutidos em detalhe, registando-se dois grandes problemas: por um lado, o facto de a informação obtida poder não ser a mais válida/correta e estar condicionada às preferências dos utilizadores; por outro lado, a preocupação de que as redes sociais favorecem a dessensibilização para as causas e previnem uma participação política efetiva. Analisaremos estas duas problemáticas separadamente, uma vez que foram as mais assinaladas.

3.6.2. Exposição seletiva a informação e “americanização do ativismo”

A primeira participante a levantar este problema foi a Marília (HfS). Ela assinalou como era preocupante perceber que as redes sociais e os motores de busca memorizam as preferências e as inclinações políticas dos indivíduos, de forma a ajustar a informação que lhes é sugerida. Na sua opinião, isto leva a que as pessoas “pensem que estão informadas”, mas, no fundo “eu vejo aquilo que eu quero”. Neste sentido, ela conclui:

“Por um lado, podemos aprender muito mas, por outro, só vemos aquilo que nos interessa ou com que nos identificamos. Então, no fundo é tudo um bocadinho de fake news. Mesmo que aquilo que abrimos seja verdadeiro, nós não vamos ter a informação completa, porque só estamos a ver a parte que nos interessa.”

O mesmo problema foi levantado por Amélia (GCE), para quem as redes sociais são também “bolhas”, sobretudo para quem não sabe “usar os meios que nos são disponibilizados”: “Todas as redes são uma espécie de bolhas e, assim que nós começamos a entrar por um caminho, é um bocado difícil nós desligarmo-nos dele”.

Outra questão relativa à informação que chega às redes sociais é a “americanização do ativismo”, como Carlos (BrEst) a definiu. Sandra (HfS) também referiu este aspeto quando argumentou que “nós ouvimos falar muito mais da morte do George Floyd – também por influência dos EUA e tendo em consideração aquele que é o peso deste país nas próprias redes sociais – do que da morte do Bruno Candé ou da situação do Marega”. A participante acrescentou que esta onda levou a que muitos dos seus amigos nas redes sociais, que não são politicamente ativos, fizessem partilhas relativamente ao BLM, “porque há mais um gosto, há mais uma partilha daquela imagem. E, assim, sentem-se mais socialmente aceites”.

Carlos (BrEst) partilha da mesma ideia e afirma que, embora tenham conseguido mobilizar

“imensos jovens aqui em Coimbra para a manifestação BLM, quando se tratou do imigrante ucraniano que foi morto pelo SEF, já não houve muito debate à volta disso”. Uma outra questão que foi trazida por Carlos é toda a estética que se construiu em torno do BLM e que, em vários casos, se pode considerar de apropriação cultural: “Acho que tudo aquilo que tem a ver com a estética do BLM é muito perigoso. Principalmente porque são maioritariamente pessoas brancas que o fazem. É tudo de ir para as redes sociais e com aqueles looks mais edgy e não sei quê, a dizer ACAB (‘all cops are bastards’). Acho que esta questão da estética, ligada ao ativismo, à americanização e às redes sociais (principalmente o TikTok), estão muito ligadas.”

3.6.3. Superficialidade do ativismo online e desvinculação com as causas

O segundo problema identificado no uso das redes sociais para fins de ativismo prende-se com a superficialidade com que as lutas são tratadas nestes meios. Esta foi uma preocupação partilhada pelos membros do XR Porto, quando lhes foi perguntado o porquê de existirem opiniões tão divergentes relativamente ao nível de participação política do/as jovens:

Júlia: Eu acho que a participação está fraca, mas também vejo pessoas no meu círculo que nunca se preocuparam com nada e que nunca se exprimiram tanto sobre algo como agora. Quando as coisas acontecem, é muito fácil que fiquem virais, e muita gente vai a bordo da moda. É uma participação que acontece, mas não deixa de ser superficial. [...] há uma participação, mas é tão superficial, e à base de modas, e muito

“quando se fala nisto, eu preocupo-me”. E eu acho que é uma preocupação genuína, e acho que estão sensíveis a estas causas, mas a sensibilidade fica muito na superfície e não a perseguem. Então deixam passar, vem outra causa, ficam sensíveis novamente e deixam passar. Acho que há mais consciencialização, mas é algo que escolhem não aprofundar, não mergulham nas coisas. [...]

Para Marília (HfS), embora as atividades *online* sejam mais mobilizadoras, não têm o mesmo impacto que atividades presenciais, como manifestações como o voto. Segundo ela, o uso de *hashtags* “não se vai traduzir necessariamente no mesmo tipo de envolvimento que uma pessoa que vai a uma manifestação, que está lá, que fala com as pessoas, que está a viver aquilo de forma muito diferente”.

No grupo da Greve Climática Estudantil, quando perguntámos às participantes se concordavam que os jovens estavam preparados para agir se fosse necessário, iniciou-se um debate sobre se o ativismo *online* constitui, por si só, uma forma de ativismo, considerando que o ativismo *online*, como diz Amélia, “é uma forma facilitada de divulgar o problema” o que não quer dizer que isso tenha consequências fora das redes sociais. Mas, como afirma Ema, “é realmente difícil perceber o que cada pessoa está a fazer nas redes sociais porque muitas pessoas publicam só por publicar, outras porque realmente acreditam, outros é só para chamar a atenção”.

Como é visível, as preocupações relativas ao uso e abuso das redes sociais para fins políticos estão presentes em vários grupos. No entanto, foi no grupo do Escudo Identitário que as redes sociais foram abordadas de forma mais agressiva, considerando que o ativismo *online* vai muito “por modas” e agrava o problema do “individualismo”. Ainda assim, na opinião de Diogo (Escudo), embora se tenha tornado mais fácil para as pessoas transmitir mensagens nas redes sociais,

“captamos pessoas que realmente são muito superficiais e não têm grande substância política. E os jovens acabam por tentar fazer ativismo através das redes sociais, onde veem que têm maior alcance do que propriamente na rua. Esse ativismo nas redes sociais poderá ter um maior alcance, mas não é tão efetivo e não traz tantas consequências para a situação atual, não traz alterações”.

Para Diogo, existe uma distinção entre o ativismo *online* “à base de *likes*” e o ativismo político presencial, que “é uma coisa mais orgânica, muito mais pensada, com substância, conteúdo”.

3.7. Relevância das ações de rua

Se o uso das redes sociais para fins de mobilização suscita algumas divergências, a organização e presença em manifestações é, de forma consensual, vista como o ponto mais alto do ativismo. Manifestações e protestos são frequentemente apontados como tendo sido as primeiras ou mais significativas experiências políticas, e o discurso em torno destas é composto por linguagem nostálgica e emotiva.

Neste contexto, a manifestação BLM, em junho de 2020, parece ter um peso especial, e foram vários os participantes que escolheram esta imagem e que recordaram a sua experiência nesse dia. Dentro da Brigada Estudantil, foram quatro os participantes que escolheram imagens relativas a esta manifestação:

Fabiana: *Escolhi a imagem (...) porque acho que o movimento BLM foi dos momentos mais marcantes, não só de 2020, mas do século XXI. O motivo foi um motivo infeliz e desumano, mas eu olho para o movimento BLM como uma coisa bonita, no sentido em que acho que muita gente se mobilizou, saiu à rua, apesar das condições, e tentou lutar pela mudança de um sistema que prevalece há demasiado tempo, que continua a discriminar pessoas há demasiado tempo. [...] Realmente, mostrou que os jovens, se quiserem, se o desejarem, conseguem mudar alguma coisa.*

(...)

Sílvia: *A imagem (...) tocou-me pessoalmente, porque eu estava lá quando houve esta concentração em memória do Bruno Candé. Lembro-me destes cartazes e foi muito pesada a concentração, foi genuinamente triste. Também foi fazer o luto em luta.*

Para Simone (JÁM), as manifestações de rua são algo espontâneo, que contrastam com a obrigatoriedade do voto no Brasil, de onde vêm. Além do mais, são esses protestos que trazem as reivindicações “de certo grupo em relação à sociedade onde vivemos, ao espaço que temos, ao coletivo”. A prova da sua importância encontra-se no facto de elas terem continuado a ocorrer, um pouco por todo o mundo, mesmo durante o período excecional da pandemia.

Gabriela (GCE) admite mesmo que, de todas as formas de atuação política, a manifestação é o apogeu, a concretização da atividade do grupo:

“Eu sei que a maneira que me motiva mais é sempre uma manifestação física, porque há toda outra componente. Nós podemos informar X pessoas em palestras, como fazemos, mas numa manifestação nós sentimos a concretização do que estamos a dizer, o princípio disso. Nós, numa mobilização, sentimos a energia, que é das coisas mais importantes no mundo, sentirmos a energia das pessoas que estão à nossa volta. E nós sentimos aquela força toda e aquela frustração toda que está nos nossos colegas, mas que só vimos sair ali; nós sentimos aquela união toda e percebemos ‘não sou só eu que tem imensa ansiedade por causa deste tema, não sou só eu que não durmo, não sou só eu que gasto bué tempo nisto porque preciso’. Porque não é só porque acredito, é também porque preciso. E uma manifestação é algo que mexe sempre imenso connosco, é uma coisa que nos fica marcada. É muito mais importante que um aniversário, uma festa, um casamento, um batizado. Numa manifestação, uma pessoa sente a concretização de toda a raiva, de toda a fúria, de toda a angústia num sentido. É superimportante, é superespecial. Portanto, sim, eu acho que uma mobilização é sempre melhor.”

Quando questionada sobre que ações têm maior capacidade de mobilização, Amélia (GCE) não tem dúvidas em apontar o voto, mesmo com os atuais números de abstenção. No entanto, como ela explica, as manifestações têm uma capacidade de mobilização mais duradoura que o voto:

“Tudo o que seja manifestações e tudo o que sejam ações de rua acabam por chamar mais a atenção, mesmo que tenha menos gente a participar. O facto de só alguns saírem à rua faz com que os que não participam saibam que aquilo se está a realizar, enquanto que, com o voto, nós sabemos em quem votamos, mas acaba por ser uma coisa bastante institucionalizada, e acabamos por não sentir tantas mudanças.”

Dois dos participantes do coletivo Levantados do Chão vão mesmo mais longe e dizem que as manifestações e os protestos pacíficos têm sido desvalorizados, porque não são ouvidos por quem está no poder, e que são necessárias novas táticas, nomeadamente de desobediência civil.

Vasco: *No fundo, o que tem sido feito até hoje, em termos de direitos LGBTQ+, manifestação antirracista, tudo aquilo que vimos que tem tido um produto ou fruto em termos sociais tem partido de ações de desobediência civil, de ações que trouxeram consequências às pessoas que participaram nelas [...] O movimento antirracista ou o movimento queer têm tido muito mais importância, em termos de desobediência civil e de desrespeitar o que são as normas de uma sociedade heteronormativa e ocidental. Todas essas formas de manifestação têm tido muito mais frutos do que aquelas que nós consideramos há anos e anos como forma de protesto. E nós vimos que, se calhar, irmos para uma sala de reunião, com um ministro ou um secretário de Estado, não tem tanto impacto como juntarmos milhares de pessoas nas ruas ou fazermos graffiti e arte performativa.*

Miguel: *Eu pessoalmente sou muito cético em relação ao Estado, ao Governo e a qualquer instituição burocrática, e acredito que, às vezes, é o próprio Estado que perpetua as desigualdades [...] Para os Levantados do Chão, é uma base fundamental do nosso movimento: a rua, a mobilização. Em relação à desobediência civil: ainda não tivemos oportunidade de, mas temos muita vontade. Mas o que eu tenho visto destes movimentos, que acabam por ter uma característica de desobediência civil, é que eles acabam por ter mais impacto na sociedade, e até nas instituições públicas, do que movimentos que acabam por ter um posicionamento mais liberal ou mais diplomático, como o Vasco dizia. Eu acho que tem sido fundamental, seja para que movimento for, essa ação direta. Porque acaba por ser isso, uma ação direta dos coletivos, manifestarem-se e agirem, sem se emaranharem nas questões burocráticas do Estado que, muitas vezes, acabam por perpetuar o statu quo.*

O mesmo já tinha sido já apontado por Patrícia (BrEst), quando defendia que “temos que começar a fazer ações mais disruptivas que as habituais manifestações” porque, “infelizmente, parece ser a única forma que temos de colocar coisas que nos parecem interessantes e importantes na agenda política”.

Além de manifestações, outras atividades de rua, nomeadamente de carácter artístico, também foram assinaladas. Isto foi sentido de forma muito particular no grupo do XR Porto, para quem o ativismo desempenha um papel fundamental na comunicação da narrativa do grupo e das suas causas. Quando questionados sobre a importância de formas de ação política não-convencional, existe um consenso relativo à sua qualidade estratégica:

Júlia: *Eu acho que a importância da arte é inegável nestas formas de protesto. Aquilo que a [diz o nome de outra participante] estava a dizer sobre o teor político. Tudo [ênfase da participante] tem um teor político, e a arte sempre foi utilizada como ferramenta política, desde a propaganda a filmes, fotografia. E para as artes performativas, que têm um teor mais subjetivo, mais belo, são artes que podemos explorar de várias formas. E acho que utilizar estas formas de arte como protesto, mesmo do ponto de vista estratégico, é bastante inteligente e é algo que se adota quando vemos que as outras não estão a funcionar [...] Esse estímulo à interpretação, para parar, olhar, ver o que está a passar, pensar ‘ok, não tenho aqui nenhum cartaz para ler e saber sobre o que é isto, então deixa-me tentar perceber o que é que estas pessoas estão aqui a fazer. Porque é que estão deitadas no chão, porque estão vestidas de vermelho?’ Todo esse estímulo de envolvimento e de compreensão é super importante num sistema que não ouve quando nós falamos. [...] é a melhor maneira de expor o quão violento e agressivo é o sistema, exatamente o oposto. Nós atuamos sempre de uma forma tão pacífica e tão não-violenta, e somos sempre levados com respostas completamente exageradas e violentas do sistema. [...]*

Para os participantes do Escudo, as ações de rua, que afirmam realizar “de uma forma acima de tudo ponderada, correta e nada agressiva”, são simultaneamente uma forma de prestar homenagem ao “sentimento revolucionário” presente, não só nos “quase 900 anos de história de Portugal”, como também dentro do próprio grupo, e uma forma de assegurar que os direitos, liberdades e deveres que foram alcançados durante revoluções passadas continuam a ser garantidos. Todos os elementos do grupo Escudo Identitário escolheram a imagem do protesto dos Coletes Amarelos e articulam a imagem com os problemas socioeconómicos que existem em Portugal.

Também todos os elementos da Academia de Política Apartidária escolheram imagens relacionadas com protestos e manifestações. No entanto, apenas um participante, Luís, explicou que a escolha da imagem relativa à Greve Estudantil pelo clima estava associada à sua própria participação na manifestação:

Luís: *A segunda imagem que escolhi foi a (...), porque para mim foi uma surpresa também, mas positiva. Aqui em Portugal também, porque eu fui a estas manifestações. Creio que as primeiras foram ainda em 2019, e eu fui às do Porto, e para mim foi um motivo de orgulho. Porque foi a primeira vez que eu e muita gente por todo o mundo vimos os jovens – e não só da nossa idade, mas também mais novos, do básico – a prestarem atenção a um problema que existe, a lutarem por ele, a fazerem-se ouvir, a ocuparem as ruas da cidade e a chamarem as pessoas [...] Também foi das primeiras manifestações a que fui sozinho.*

Mais tarde, Luís reforçaria a ideia de que as manifestações e protestos “acabam por ser um pouco mais representativos da força que estes movimentos conseguem ter”. Luís compara esta forma de atuação com o ativismo *online*, onde “é muito fácil partilhar: fazer um *post* ou um *retweet* é muito simples”. Por comparação, as ações de rua oferecem “uma perceção mais real de quem apoia isto” e têm a capacidade de captar a atenção da comunicação social, da sociedade e até partidos políticos. Ainda assim, Martim, embora reconhecendo o valor do protesto, tem a sensação que “tem

impacto na altura, mas duas semanas depois é uma coisa que já está esquecida na cabeça das pessoas e é algo que muito raramente acaba por ser discutido na Assembleia da República”. Por isso defende a participação em partidos ou “a organização de movimentos de ação social. [...] O partir para a ação acaba por ser muitas vezes menos publicitado, mas mais impactante que o protesto”.

3.8. Perspetivas sobre o voto

Apesar da importância generalizada que as ações de rua têm na experiência destes jovens, vários deles demonstraram que o voto continua a fazer sentido em termos de participação política e como instrumento de sustentação da democracia. Vário/as participantes identificam o voto como a sua primeira experiência política. Entre esta/es, alguns afirmam que não se tratou da sua experiência política mais significativa e/ou marcante e que têm memória de participações anteriores (mais ou menos informadas), por exemplo, em manifestações (Adriana, HfS), fazendo voluntariado (Sandra, HfS), ou de participação em espetáculos com mensagens políticas (Caetana, JÁM).

O/as participantes que elegeram o voto como a sua primeira experiência política referem a forma como este os obrigou a pensar mais na sua participação, dando-lhes a responsabilidade de se informarem mais. Júlia e Renato, ambos do XR Porto, recordam o voto com alguma desilusão, fruto das “opções limitadas” e da sensação que “não ia ter grande influência”.

Mas, para outra/os participantes, o voto parece assumir uma importância maior. Todas as participantes do HeforShe acreditam que o voto faz a diferença e acabaram mesmo por escolher a imagem referente ao voto.

Marília: *É assim, o voto é o que assegura efetivamente a democracia. O que a Sandra estava a dizer: há pessoas que usam hashtags e fazem graffitis... Eu posso fazer muita coisa em que acredito para defender valores em que acredito, mas, se não for votar, honestamente tudo o resto não vale a pena. [...] E eu percebo fazerem manifestações, porque eu até posso ir votar e outras 10 pessoas que acreditam no mesmo que eu não vão, e então vai ser eleito um governo de extrema-direita, ou populista, ou o que quer que seja. Os governos populistas têm o condão de conseguir agradar à população que, de certa forma, é um pouco ignorante. Se as pessoas que estão informadas, que têm valores ditos corretos, que defendem partidos que defendem direitos humanos e os seus direitos não vão votar, é claro que partidos não tão bons vão ganhar. E depois, por mais manifestações, graffiti, hashtags que eu faça e que eu use, se eu não exercer o meu direito de voto... honestamente acho que não vale a pena.*

(...)

Adriana: *[...] Acho que todas elas são muito importantes mas, tal como a Marília disse, sem o voto elas não ficam formalizadas. O governo e os órgãos superiores do nosso país, eles ouvem tudo aquilo que nós dizemos, mas isso deveria refletir-se no voto. Por isso, o voto é o que faz mesmo diferença...*

Para Laura, dirigente do Escudo Identitário, a abstenção é condenável e a sua causa prende-se com a “troca de prioridades” das pessoas:

“As pessoas não fazem uso, hoje em dia, daquilo que têm, e isso está à vista no ato de voto, em que há uma abstenção com valores catastróficos. Não usam os meios que têm à disposição para manterem ou para alterarem alguma coisa e, depois, tornam-se comentadores de bancada. São todos experts em tópicos que nunca abordaram na vida, mas, se for preciso, nem se levantam a um domingo de manhã para irem votar.”

Para três outros participantes, apesar da importância que o voto carrega, este não constitui o absoluto da participação política, pelo que deve ser colmatado com outras ações. É o caso de Vicente e de Caetana (JÁM), que rejeitam a ideia de que a participação política se resume ao ato eleitoral:

Vicente: *Também vejo muito estes protestos como parte da democracia. Ou seja, nós tínhamos imagens que representavam o voto, mas acho que muitas vezes pensamos que a democracia acaba nas urnas. E não pode nem deve acabar nas urnas. Acho que há reivindicações que devem ser feitas não só nas urnas, e as manifestações populares são extremamente necessárias, e não é com uma cruz que se representa isso, mas com a força dos movimentos e as diferentes atividades que eles realizam.*

O mesmo é transmitido por Manuel (EscId), quando tenta explicar por que escolheu a imagem dos Coletes Amarelos:

“Se calhar, estes movimentos e estas manifestações [...] são movimentos espontâneos, cívicos, de pessoas que realmente estão fartas da situação. E, muitas vezes, estes movimentos acontecem entre eleições. Porque não há eleições todos os dias, obviamente. Nós não podemos ir às urnas quando queremos e quando acontece alguma coisa negativa, que nós achamos que não está bem. Não podemos ir diretamente dizer mal ou votar em alguém contrário ao que está no governo.”

4. Potenciadores da experiência pessoal de participação política

Ao longo da discussão nos grupos, houve ainda a exploração de fatores que favoreceram a mobilização da/os participantes; de um modo geral, destacaram-se as experiências de injustiça percebida ou vivência pessoal das consequências da opressão e a relevância de relações familiares ou afetivas.

4.1. O pessoal como político: o confronto com a opressão e a injustiça como motor de politização e participação

Participantes que lidaram ou lidam de perto, através da sua experiência pessoal ou das suas vivências em família, com situações de desigualdade ou violência (por exemplo, pobreza, violência doméstica) ou opressão (por exemplo, homofobia ou racismo) revelam como estas experiências foram mobilizadoras do seu ativismo.

Adicionalmente, são aquela/es que demonstram uma maior consciência de questões ligadas à interseccionalidade. Ou seja, quando uma pessoa sente de uma forma muito próxima a luta com que se identifica, porque a sua sobrevivência (económica ou até identitária) depende da sua luta, tem muito mais facilidade em identificar fatores que condicionam a participação política, grupos que não estão representados nos seus próprios coletivos e, até, que certas lutas têm uma importância superior para determinados segmentos da população, uma vez que lidam com as próprias identidades e com questões relativas à sobrevivência e à segurança dos indivíduos.

Adriana (HfS) considera que, enquanto mulher, notícias relativas à violência sobre mulheres, por exemplo num contexto de violência doméstica, mexem muito mais com ela do que com os homens. Esta sensação está ancorada na perceção de que “isto pode acontecer comigo, posso ser eu um dia, e eu nunca me vou pôr de parte”. Do mesmo modo, admite que, quando se fala de racismo, o tópico “não nos afeta tanto como a uma pessoa negra. Apesar de mexer connosco, não mexe da mesma maneira, por mais que nós queiramos”.

Outros participantes identificaram experiências passadas, da infância e da adolescência, como o despertar do seu interesse pela política. Para Carlos (BrEst), o seu “despertar político” coincidiu com a descoberta da sua sexualidade. Mesmo não o reconhecendo na altura, Carlos identifica o “sair do armário”, com 14 anos, como um “ato político” e explica como isso influenciou os seus interesses:

“Muitas das questões que nós fazemos são políticas, mesmo não sabendo. Comecei a interessar-me pelas questões de sexualidade, depois pelas de género, que me levaram, a seguir, a perceber que algo não está bem, [a pensar] nas desigualdades, desigualdades económicas, depois no capitalismo.”

Vicente (JáM) teve uma experiência semelhante. Localiza a sua primeira experiência política em 2015, aquando da aprovação da Lei da Adoção por casais homossexuais²: “Foi um momento marcante, porque coincidiu com um momento de autodescoberta pessoal e, aí, percebi o impacto que a política tem na vida das pessoas.”

Liliana (LevC) justificou a escolha da imagem “I don’t care” com a sua experiência enquanto mulher e ativista cigana:

“Eu, como cigana e fazendo a ‘vida de senhora’ – que é o que chamamos às pessoas brancas –, sou criticada por ambos os lados: pelos ciganos e pelos brancos. Porque há quem diga que eu não me identifico com nenhuma etnia. E é a imagem com que mais me identifico, porque sinceramente não ligo às críticas que me fazem. O meu objetivo é ajudar aqueles ciganos que, sim, querem estudar, trabalhar e integrar-se na sociedade. É para isso que eu luto.”

² A lei que permite a adoção de crianças por casais homossexuais foi aprovada na Assembleia da República em novembro de 2015 e entrou em vigor em março de 2016.

Diana (LevC), apesar de lidar desde muito cedo com racismo, explica que o seu interesse por política se iniciou com o caso do Bairro da Jamaica e com o primeiro contacto que teve com o trabalho da SOS Racismo e de Mamadou Ba. Até então, Diana acreditava que poderia combater o racismo que sofria através da mudança de mentalidades, “aquele básico que não politiza nada”. Depois desse evento, comecei “a politizar a minha luta antirracista”.

Para Simone (Já Marchavas!/A colectiva), a sua vinda para Portugal, em 2019, mudou a forma como via o racismo, e por isso escolheu a imagem da Manifestação ‘Portugal não é racista’. Simone explica que a sua experiência como imigrante noutra país lhe deu “uma consciência diferente sobre a palavra ‘racista’”. Explica como no Brasil a questão do racismo está associada à cor da pele e que a sua mudança para Portugal, um país onde essa palavra tem outra conotação, a obriga a “lidar com preconceitos com que antes não lidava no Brasil”.

Miguel (LevC) afirma que o seu interesse “consciente e voluntário” pela política começou aos 14-15 anos, mas reconhece que começou mais cedo “a fazer política e a ter um entendimento político muito forte desde pequeno”. Este seu interesse precoce pela política deve-se ao “contexto familiar onde vivia, [e ao facto de] ter vindo de um estrato social bastante fragilizado” onde foi “exposto a uma série de injustiças: sexismo, machismo, até segregação económica e violência doméstica. Acho que isso criou em mim um carácter muito forte para lutar contra estes comportamentos extremamente injustos”.

4.2. Influência das relações familiares e afetivas na politização e participação

As experiências dentro do núcleo familiar mais próximo, sobretudo com os pais, foram várias vezes referidas pelos participantes como eventos que despertaram o seu interesse pela política. Em outros casos, mesmo não tendo sido as experiências que despertaram o seu interesse, histórias da vida familiar e/ou das suas infâncias foram frequentemente mencionadas.

Para Marília (HfS), o seu interesse pelas questões de género foi-lhe transmitido pela mãe que, desde que ela era jovem, lhe mostrava notícias sobre violência contra as mulheres. Ela admite que, se não fosse o facto de os seus pais serem tão atentos politicamente, talvez ela nunca se tivesse interessado por estas questões. Quando questionada como começou o seu interesse pela política, Marília recorda o momento da sua infância em que um tio lhe disse que “a política não é para mulheres, muito menos para meninas”. Marília recorda-se de que esta afirmação a “chocou” e de ter pensado “não posso deixar que pessoas como o meu tio mandem em mim”.

Joana (BrEst) não consegue precisar em que momento começou a interessar-se por política, mas recorda que sempre teve alguma influência familiar, sobretudo através do contacto com a música de intervenção: “Cantava: ‘A quem pertencem os campos de Portugal? A quem os trabalha.’ E eu rio-me: como é que eu crescerá e poderia não estar envolvida na política e em ativismo?”.

Simone (JáM) refere a data do seu nascimento como o ponto de partida para o seu interesse por política. Justificando a escolha da imagem 14, Simone conta que nasceu a 20 de novembro, a data em que se celebra o Dia da Consciência Negra no Brasil. Desde que nasceu, os pais, ambos filiados no Partido dos Trabalhadores (Brasil), explicaram-lhe a importância desse dia: “Desde que eu nasci que a consciência política foi construída na minha educação.”

Para Patrícia (BrEst), a preocupação com os outros sempre esteve muito presente, assim como o desejo de mudar a sua comunidade. Fala com bastante carinho da sua avó, “a pessoa mais importante da minha vida”, que lhe transmitiu as histórias da sua vida, marcada pela pobreza.

Para Sílvia (BrEst), o seu interesse por política começou com o seu interesse pelo 25 de Abril. A atenção que este evento lhe despertou começou por influência de membros da sua família, “que eram do PS e do MRPP e estiveram envolvidos na clandestinidade”.

Vasco (LevC) sente-se “privilegiado” e “feliz por ter tido essa [primeira] experiência dentro de um contexto ‘seguro’ para mim”. Conta que, muito provavelmente, o seu contacto com política começou por volta dos 12 anos, em casa, provavelmente em discussão com amigos dos pais ou com o irmão, que estava a estudar Antropologia em Lisboa: “A minha primeira experiência política talvez tenha sido num jantar cá em casa. Falando com os meus pais e percebi que o meu papel enquanto jovem e produto de um futuro mais emancipatório, partia também de mim.”

À semelhança de Vasco, que também recorda as conversas em casa durante o período da *Troika*, Vicente (JáM) também identifica essa fase como aquela que mais o marcou, porque “a *Troika* nos afetou imenso, lá em casa”.

Por último, a experiência de Gabriela (GCE), que demonstra também de que forma as experiências em casa podem significar uma rutura (em questões políticas) entre as diferentes gerações. Gabriela explica como a família do pai “era (...) muito rica e, quando se passou 25 de Abril, perderam tudo praticamente, porque os bens foram distribuídos”. A memória do 25 de Abril na escola, onde é estudado “como uma altura de libertação”, contrastava com a “raiva, a angústia e a fúria” que o seu pai sentia em relação a este evento. Foi esta “discrepância”, explica, que “me levou a querer entender a política: porque é que o meu pai tem tanta raiva? Porque é que a minha mãe tem tanta raiva? De onde vem este ódio?”.

Quer Rute, quer Martim (APA) sentem dificuldades em definir exatamente quando começou o seu interesse pela política ou quando perceberam que a política era um assunto relevante, uma vez que sempre foram incentivados, dentro do seu núcleo familiar, a discutir e a aprender sobre questões de natureza política.

Por comparação com o papel que a família e as experiências desempenharam no estímulo à participação política, são poucos os participantes que mencionam o papel de amigos ou de parceiros. Esta questão é intrigante, uma vez que os amigos e as pessoas que conhecem através dos coletivos são dos fatores que os participantes mais vezes identificam como sendo positivos e motivadores.

5. Expectativas para o futuro: entre a esperança e o medo

Com a exceção do Escudo Identitário, todos os grupos foram dominados pela preocupação com o crescimento da extrema-direita em Portugal, com vários participantes a expressar sentimentos de frustração, de raiva e de medo/insegurança. Ainda assim, vários grupos manifestaram esperança numa maior e melhor participação juvenil.

5.1. A esperança no aumento da participação e mobilização da/os jovens

Vários participantes expressam a esperança ou a convicção de um aumento da participação e mobilização juvenil, embora com registos diversos.

Os membros do Escudo Identitário manifestam a esperança de uma maior adesão do/as jovens às suas causas, de um maior “espírito crítico” e de um “espírito de comunidade” que sustentasse uma maior exigência de “medidas estruturais”:

Diogo: *Gostaríamos de ter 10 milhões de escudistas [outros concordam]. Sim, era chegar ao máximo número de pessoas, aumentar o espírito crítico das pessoas e principalmente aqueles assuntos que achamos relevante e levariam a um melhor estilo de vida e a um melhor destino do país, que não existe neste momento; existe aquele pensamento a quatro anos e nada a longo prazo.*

Manuel: *A nossa classe política pensa muito nas próximas eleições e não são tomadas políticas de base, estruturais, porque são medidas que podem prejudicar nas próximas eleições. E nós precisamos mesmo de políticas estruturais que alterem as bases do país. E, enquanto jovens, esperamos que isso aconteça, porque também é para o nosso bem: [...] estamos a atravessar uma crise económica e de saúde enorme – uma crise económica que pode ser bem maior que aquela da qual acabamos de sair – e as nossas expectativas não são grande coisa. Para o Escudo, esperamos chegar a um maior número de pessoas, ter mais pessoas a apoiar-nos e a participar nas nossas ações. A nível interno, começarmos a discutir temas mais abrangentes e da atualidade. Mas, acima de tudo, defender o futuro – que é o nosso lema –, um futuro mais risonho para nós, jovens, com melhores condições económicas e sociais, que possamos realizar os nossos sonhos.*

Laura: *O cenário que temos atualmente não nos garante um futuro muito promissor, seja a nível de saúde, seja a nível económico, que posteriormente vai afetar a política e o social. Pessoalmente, gostaria que houvesse mais espírito crítico – que é uma coisa que novamente não vejo bastante, pelo menos bem fundamentado e cimentado, ou seja, sem haver um profundo conhecimento e estudo sobre um certo tópico.*

Participantes de outros grupos também manifestam esta esperança de uma maior participação juvenil, embora o sentido dessa mobilização seja diverso. É o caso de Carlos (BrEst), para quem a luta climática contribuiu para a politização dos jovens, mesmo que eles não a vejam como tal, e que espera que isso se traduza em maior “engajamento político”. No grupo do HeforShe, as participantes Sandra e Marília adivinham que os jovens vão começar a participar cada vez mais através de ações não-convencionais.

Também Miguel (LevC) acha que a participação jovem vai aumentar cada vez mais “como uma reação a estas forças que se têm levantado e que colocam em causa e em risco a dignidade humana”, mas não sabe se isso se vai traduzir em menos abstenção. Considera, no entanto, que esta luta não passa apenas por “combater a extrema-direita, mas também partidos políticos que supostamente não têm uma filosofia de extrema-direita, mas que acabam por segregar tanto ou melhor quanto o Chega! se propõe fazer”. Afirma que não quer entrar em “paranoias pessoais”, mas que vê um “cenário político bastante complexo”. Miguel não pede a instalação de uma sociedade fundada sobre princípios anarquistas – que parece preferir –, mas apenas “que as pessoas tenham acesso às necessidades básicas: habitação, alimentação e educação”.

5.2. Os riscos da polarização e do crescimento da extrema-direita: medo e desesperança

No caso da Academia de Política Apartidária, a discussão centrou-se várias vezes na “polarização” política em Portugal. Estes receios acabaram por refletir-se nas expectativas que os participantes têm para o futuro. Quando questionados sobre como veem os próximos anos em Portugal e no mundo, a maioria das respostas ficou marcada pela desesperança, sobretudo nos grupos que se desenrolaram a seguir às eleições presidenciais de 24 de janeiro de 2021, e onde foram estabelecidos paralelismos entre o crescimento da extrema-direita em Portugal e no mundo.

A resposta de Adriana (HfS) ao que pensa que vai acontecer é influenciada pelo acordo de coligação que foi celebrado na sequência das últimas eleições regionais nos Açores. Para ela, e tendo em conta tudo o que aconteceu em 2020, é difícil ser positiva:

“O futuro, para mim, é um ponto de interrogação. Pelo menos os próximos 4 anos. Tenho a impressão que as coisas vão mudar, mas os próximos 4 anos vão ser cruciais. E, tendo em conta que existe uma opção cada vez mais acessível, de extrema-direita e conservadora, vão sair debaixo da terra muitos conservadores que andavam com máscara.”

Sílvia (BrEst) partilha da mesma opinião: não só acha que a extrema-direita em Portugal já está “bastante organizada”, como pode ser um prelúdio “para algo pior, um instrumento para algo ainda pior do que eles representam”. Esse crescimento “contraria tudo o que eu queria numa sociedade”, mas vê-o também como uma oportunidade para “pensarmos e mobilizarmos as pessoas para os perigos que isto pode ter a nível político”. Também Carlos (BrEst) se mostra preocupado com a extrema-direita, que acha que vai crescer ainda mais, mas garante que “estamos aqui e vamos continuar a lutar contra isso, que é o que estamos a fazer. E é só continuar”. Joana (BrEst) também se mantém “com esperança e com otimismo”, sobretudo ao ver “a energia e o envolvimento de pessoas” ainda mais jovens que ela.

Júlia (XR) considera que “estamos a passar por uma fase supercrítica de colapso do sistema” e “estamos num daqueles períodos da história em que temos dois caminhos, qual vamos escolher?”. Júlia gostaria que aproveitássemos este momento para “construir algo muito melhor e, já que está [a] cair, temos que desfazer as últimas

bases deste sistema que não presta e começar a construir as bases de um que realmente funcione”, mas não acredita que isso vá ainda acontecer. O que ela prevê “é um futuro imprevisível”, algo que a deixa “assustada”, mas alerta: “aquela coisa de termos esperanças que aconteça o melhor, mas esperar o pior”.

Para Luísa (XR), é a imprevisibilidade também que a marca mais, até mesmo em termos do movimento: “Todos estes movimentos que conhecemos e que temos como exemplo: alguns foram bem-sucedidos, outros talvez tenham feito exatamente as mesmas coisas e não foram. Não sei que fatores poderiam levar a que este fosse mesmo bem-sucedido.”

Liliana (LevC) receia que, apesar de nas eleições presidenciais de 2021 ter existido “o condão de travar a extrema-direita”, no futuro isso não volte a acontecer.

No grupo da GCE, as participantes denotam níveis distintos de otimismo/pessimismo e, portanto, traçam diferentes cenários:

Gabriela: (...) *Eu acho que o que vai acontecer em Portugal é que, em cinco anos, está o facho no poder, porque é o que diz a história, a minha intuição. [...] Eu sou extremamente realista, mas gostava que as pessoas ganhassem consciência em relação à pandemia, porque esta é uma questão também política, gostava que os casos diminuíssem sem eu perder mais membros familiares, gostava que a pandemia acabasse. E, quando a pandemia acabasse, nós íamos estar muito mais na agenda pública, porque as pessoas iam perceber: ‘Olha mais uma consequência da crise climática, isto está tudo relacionado, vamos lutar.’ [...] Mas não sei quanto tempo isso vai demorar, vai demorar algum tempo. E o André Ventura não vai corresponder às expectativas sobre a crise climática, ele é um negacionista! Quem estamos a enganar? Essa informação tem que ser passada. [...]*

Amélia: *Eu tenho uma visão um bocadinho mais otimista. Penso que a extrema-direita vai ascender, mas não ao ponto de tomar efetivamente o poder. Também vou lutar para que isso não aconteça e trabalhar para que as pessoas tomem consciência sobre o que está a acontecer. Se, efetivamente, o que a Gabriela profetizou [acabar por] acontecer, eu não tenciono emigrar, quero ficar para lutar, para que as pessoas indefesas que aqui estão tenham uma vida melhor, e não quero deixar isto ao abandono. Neste cenário, queria que a liberdade não fosse perdida. Gostava que as medidas que se vão falando efetivamente sejam concretizadas e não sejam ditas da boca para a fora, e não apenas para ganhar alguns votos. Queria que as decisões que o governo tem andado a tomar não fossem tomadas em reuniões com pessoas que iriam beneficiar da sua não-concretização [...]. Queria que houvesse uma transição energética o mais rápido possível, que deixasse de haver desigualdade e discriminação, que as pessoas estivessem mais libertas da responsabilidade do trabalho, que pudessem trabalhar em si mesmas e ter um equilíbrio entre o seu dever e a sua estabilidade emocional, físico, das relações. Mas, tendo em conta que isto é uma coisa muito difícil de acontecer, principalmente com a mentalidade que temos hoje em dia e que está presente em todo o lado, dificilmente será alcançável.*

Também o grupo do Já Marchavas/A Coletiva ficou marcado pelo receio e pela ideia de que a história se está a repetir:

Vicente: *Também adoro História, e uma expressão que o meu professor usa muito é: ‘A História não se repete, mas muitas vezes rima.’ E tenho um bocado de medo e estou pessimista em relação ao futuro. Acho mesmo que a extrema-direita já provou a sua força. Se quiser olhar para o lado positivo, também sabemos que, sempre que há alguns acontecimentos, vemos também a reação a eles. Também acho que o movimento antifascista está muito mais acordado que há alguns anos. Antes, o fascismo parecia impossível e, agora, sabemos que é possível. Espero que, daqui a uns anos, o consigamos vencer outra vez e que venham melhores dias.*

Para Patrícia (BrEst), só daqui a uns anos vamos perceber a importância que 2020 e 2021 tiveram na nossa experiência coletiva. A sua expectativa é que consigamos “construir uma união internacional brutal entre trabalhadores, menos horas de trabalho, mais direitos na saúde e na educação”.

Para Vasco (LevC), seria importante que as pessoas tirassem proveito do que está a acontecer (referindo-se ao crescimento da extrema-direita) para “participar e ocupar os espaços que lhes são dados, como no caso dos Levantados” e para “voltar a um projeto do Alentejo de Abril”, de modo a que consigam retirar o melhor possível de uma situação má: “a união das pessoas, a luta que se faz em coletivos, o projeto social que pode ser retirado de algo que anteriormente correu mal”.

Para Fabiana (BrEst), não existirão grandes mudanças em termos de mobilização dos jovens ou mudança política nos próximos anos. Considera que as mudanças pelas quais anseia só chegarão quando a sua geração “começar a substituir pessoas que estão, atualmente, em cargos de poder, há tantos anos na política” e quando começarem a organizar mais ações – não necessariamente pacíficas – pelas próprias mãos.

Para os membros da APA, os desafios para o futuro prendem-se com o combate aos “extremismos” e à “polarização”, dois temas recorrentes ao longo da conversa.

Martim: *[...] Falando mais no contexto português, porque me é mais querido, naturalmente há uma ameaça à democracia, não só pela polarização à direita, mas pela polarização à esquerda. Acho que há muita polarização na política e as pessoas estão a apaixonar-se por ideias baratas. E isso não deixa de ser uma ameaça, mas também não deixa de ser algo que possamos olhar com alguma leveza e apreensão. É preciso ‘abraçar’, com muitas aspás, esses extremismos que começam a aparecer e tentar naturalmente, com educação, com racionalidade e não com emotividade, fazer com que as pessoas percebam o valor da democracia e de partidos que vale a pena defender, que não sejam só politiquices e populismo. E isto vale para os dois extremos, repito [...]. Não deixa de ser uma posição um pouco católica: as pessoas não têm que ser católicas, mas é o facto de olharmos para o outro, respeitarmos o outro, cuidar do outro e tentar ver o que ele precisa, o que está a pensar, o que está a sentir.*

Rute: *Acho que cada vez se vê mais o contacto entre pessoas que defendem diferentes causas sociais, uma interseccionalidade das causas, de se entender as causas*

como algo social, em vez de ser algo referente a alguns grupos. E acho que isso vai permitindo, como o Martim disse, um maior diálogo entre as pessoas [...] Acredito que, cada vez mais, temos esta capacidade de diálogo, porque a democratização da informação e a forma como as pessoas falam acho que também permitem isso: encontrar mais vozes que chamam a atenção para isso e permitem que olhemos para o que foi feito anteriormente e consigamos ter formas melhores de promover certas causas e trazer as pessoas para espaços mais moderados no futuro.

6. Discussão e considerações finais

A riqueza da discussão no contexto dos grupos focais é reveladora da complexidade do pensamento político, mas também da genuinidade e da tenacidade do compromisso deste/as jovens ativistas. A Figura 4 sintetiza uma proposta da relação conceitual entre os temas, a partir do mapa temático da discussão. O que aqui propomos é uma configuração da participação política de jovens a partir de quatro dimensões centrais (inseridas em retângulos verdes): ‘Sim, os jovens participam’, ‘A participação juvenil é insuficiente’, ‘Desvalorização das vozes juvenis’ e ‘Visões do futuro’. As duas concepções da participação juvenil (‘Sim, os jovens participam’ e ‘A participação juvenil é insuficiente’) têm, entre si, uma relação tensional e ambivalente – tal como foi observado nas entrevistas a militantes de partidos políticos e membros de associações juvenis –, na medida em que, retomando uma das participantes, “A minha resposta é um bocado para os dois lados: por um lado, os jovens não estão tão ativos mas, por outro, estão muito” (Joana, BrEst) – sinalizando um eventual incremento da participação ativa também assinalado no estudo de 2020 e no estudo longitudinal dos dados do *European Social Survey* (vd. os dois primeiros capítulos deste relatório). A tracejado, identificam-se as componentes constituintes dos temas nucleares (formas de participação), enquanto as setas assinalam os preditores que favorecem (ou obstaculizam) a participação: promotores pessoais e razões para a não-participação; em retângulos arredondados azuis, são assinalados os subtemas de cada tema.

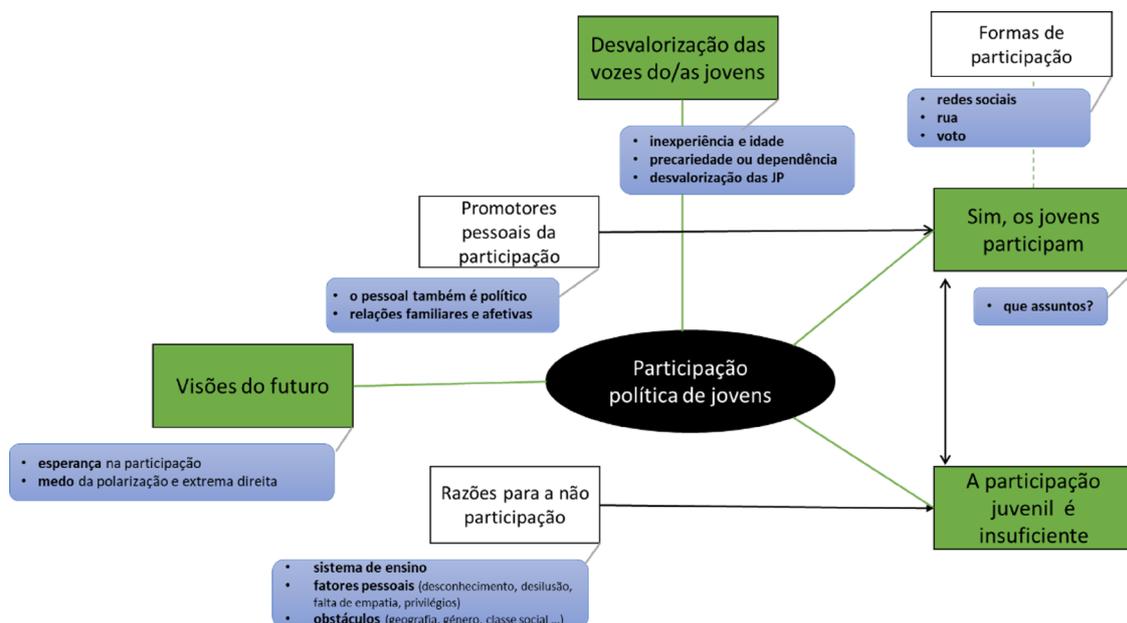


Figura 4. Mapa temático da análise das visões da participação política de jovens

De uma forma geral, a/os participantes dos grupos de discussão consideram que *o/as jovens portugueses não participam tanto quanto poderiam ou deveriam*, ainda que alguns tenham salvaguardado que consideram *as novas gerações mais ativas* que as gerações anteriores – mobilizando-se, em especial, em torno de causas ambientais, mas também antirracistas, feministas e, mais recentemente, antifascistas. Estes posicionamentos sobre a participação política de jovens demonstram uma visão complexa, inclusiva e abrangente da participação política, pelo menos de duas formas. Por um lado, ainda que se verifique o reconhecimento do papel da participação política eleitoral, afirmam-se a diversidade e a pluralidade de (outras) formas de participação, que é bem mais próxima dos padrões de participação política de jovens, tal como a literatura tem demonstrado (*e.g.* Pickard, 2019). Por outro lado, as visões partilhadas pelos jovens também sugerem uma visão não-dicotómica da participação, que vai além da participação ou não-participação (Ekman e Amnå, 2012; Amnå e Ekman, 2014) e que reconhece, pelo menos, diferentes níveis de envolvimento e formas de participação.

As formas emergentes e não-institucionais de participação preferenciais são as redes sociais e a rua, embora o voto continue a ser referido como especialmente relevante, apesar de ser merecedor de algum ceticismo. Este enfoque em meios não-institucionais (ou não-convencionais) também emerge no estudo quantitativo apresentado no capítulo segundo, embora tanto aí quanto na revisão do *European Social Survey*, no capítulo primeiro, o/as jovens tenham uma tendência reduzida para votar nas eleições. Nas redes sociais, reconhece-se o potencial mobilizador, mas também os riscos de alguma superficialidade do “ativismo de sofá” que nem sempre se transfere para a ação “real”.

A rua emerge como o espaço mais valorizado de participação, o espaço de partilha no qual se põem em comum as causas, o espaço da emoção do estar junto. Desde logo, é justo reconhecer que a rua é a mais consistente forma de participação, desde os primeiros movimentos sociais na viragem do século XVIII para o século XIX – bem antes da conquista de direitos de voto. Nesta medida, o reconhecimento pelo/as participantes da centralidade do espaço público na expressão da sua participação política é uma evidente continuidade com a tradição dos movimentos sociais contemporâneos (Della Porta e Diani, 2006; Tily e Wood, 2009).

Relativamente à participação *online*, nota-se alguma preocupação por esta não se traduzir em participação sustentada *offline*, o que parece encontrar suporte em estudos recentes que sugerem que as formas de participação *offline* predizem participação política *online* continuada, mas o contrário não se verifica (Chayinska, Miranda e González, 2021). Ainda assim, e tal como no estudo quantitativo de 2020 apresentado no capítulo segundo, parece ser evidente a centralidade das redes sociais na vida política da/os jovens. Vários/as participantes sublinharam o impacto negativo que a pandemia teve na mobilização e na expressão política no espaço público, visto como o lugar onde “energia”, “força”, “frustração” e “união” se corporizam e coletivamente transformam.

Os fatores que favorecem a participação política da/os jovens (e também da/os participantes) parecem situar-se a dois níveis: as experiências pessoais de injustiça percebida ou a vivência direta de opressão e as relações familiares e afetivas. Perceções de injustiça e desvantagem estrutural têm sido identificadas pela literatura como um

dos preditores de vários tipos de ação coletiva (Corcoran *et al.* Pettinicchio, Young, 2015, Nata, 2011). Os nossos dados sugerem que, também para os jovens ativistas, estas experiências vividas têm um papel estimulador da participação, tal como as relações familiares e afetivas. O pessoal também é político aqui no sentido de que a vida quotidiana é uma experiência inevitavelmente política.

Quanto às perceções de um défice participativo, alguns dos *fatores que mais frequentemente foram apontados para explicar essa fraca participação dos jovens* prendem-se com a falta de estímulo à participação política no sistema de ensino, a persistência de uma cultura de “individualismo” e “comodismo”, e a persistência de obstáculos à participação, que remetem para questões estruturais de natureza geográfica, geracional, de classe social, de género e, até, das características da própria linguagem política, excessivamente “intelectualizada”. Também aqui se verifica uma continuidade com as perspetivas de jovens militantes de partidos políticos e membros de associações juvenis, em especial no que concerne à linguagem política e à importância da escola.

Ora, é especialmente interessante notar a ênfase colocada no papel da educação e da escola como espaço que deveria contribuir para a socialização política. Os jovens reclamam mais espaços e oportunidades para aprender e fazer política, em linha com o que tem sido encontrado em estudos anteriores (Menezes *et al.*, 2012; Menezes *et al.*, 2019; Menezes, Malafaia e Ferreira, *in press*). Ora, a socialização política parece estar, de facto, relacionada com trajetórias e padrões de participação política (Grasso, Farrallb, Grayb, Hay, Colin, & Jennings, 2018), pelo que é fundamental reconhecer o papel e a importância dada a diversas fontes de socialização política e valorizar espaços de debate e contestação política (Hay, 2004). Relativamente à crítica do sistema de ensino como estando aquém do desejável na promoção da socialização e participação políticas, vale a pena destacar dois pontos. O primeiro diz respeito ao facto de um número significativo de participantes ter referido que foram exatamente as experiências providenciadas pelo sistema de ensino (*e.g.* parlamento de jovens) que estiveram na origem do seu interesse pela política – ou seja, apesar das lacunas, a escola parece, ainda assim, ter alguma centralidade na politização das gerações de jovens. O segundo ponto refere-se a visões distintas sobre os motivos desta falta de estímulo à participação política no sistema de ensino. Por um lado, a constatação dessa ausência sem qualquer intencionalidade especial, apenas por conta da definição de outras prioridades; por outro, a perspetiva de que a ausência de estímulo é deliberada, atribuindo-se à escola um papel intencional de manutenção da ordem social vigente, enquanto instituição reprodutora do atual *statu quo* – um papel essencialmente conservador e disciplinador, mais do que transformador e empoderante, tensão que, aliás, tem estado no centro dos debates sobre o papel da escola na educação cívica e política de crianças e de jovens (Menezes, 1999; Monteiro e Ferreira, 2011). Ainda assim, é de sinalizar como a escola emerge como o lugar de confiança e de esperança na capacitação cívica e política, em linha com outros estudos europeus (Malafaia *et al.*, 2018; Menezes, Ferreira, Ribeiro e Malafaia, 2019).

De acordo com a perspetiva da/os ativistas, *o/as jovens não são ouvidos ou levados a sério* fora dos coletivos e movimentos onde estão integrados e, em alguns casos, mesmo na sua progressão nestes movimentos – ênfase que também foi assinalada pelo/as militantes de partidos políticos e membros de associações juvenis (*vd.* capítulo

terceiro). As suas percepções são alimentadas por interações em que lhes é dito ou indicado que não possuem experiência suficiente, não possuem conhecimento político válido, ou que as suas opiniões estão dependentes da obtenção de determinados patamares socioeconómicos e/ou familiares (por exemplo, ter um trabalho não-precário ou a formação de família). Esta fortíssima sensação de falta de escuta percorre todos os coletivos, independentemente da área de atuação e orientação ideológicas, e é um sinal claro da ambivalência da sociedade “adulta” face à participação de jovens: acusados de anomia e desinteresse, mas sistematicamente postos “no lugar” de quem não sabe e não pode (*e.g.* Menezes *et al.*, 2012), uma visão paternalista que enfatiza o conformismo (Hedtke, 2013).

Finalmente, e quanto ao *futuro*, é expressa a esperança de um incremento da participação juvenil, mas também um marcado medo e desesperança face ao crescimento da extrema-direita e da polarização política – sendo de assinalar que o medo e a esperança são, também para a/os respondentes do estudo de 2020, as emoções mais experienciadas “quando pensam na situação atual de Portugal”.

De resto, é interessante destacar a ligação entre este medo e a participação destes mesmos jovens/grupos. É notório que a participação de/em alguns destes grupos se faz a partir de um sentimento de necessidade e urgência de resposta relativamente a uma percepção de ameaça social, em muitos casos a percepção do avanço da extrema-direita e da polarização política. Ou seja, a ação presente de alguns dos grupos/participantes radica no medo do que se projeta no futuro. A investigação, nos últimos anos, tem discutido de forma mais intensa o papel das emoções na política, em contraponto com o viés racionalista dominante durante muitos anos (Mahler, 2006; Markus, 2002). Por um lado, pelo reconhecimento de que, como foi claro nestas discussões, “muitas pessoas são politicamente engajadas e, ao mesmo tempo, apaixonadas no seu engajamento” (Walzer, 2002, p. 618). Por outro lado, porque emoções como o medo, a ira ou a esperança têm um demonstrado efeito na participação, predizendo diferentes tipos de ação política (*e.g.* Vasilopoulos, 2018; Włodarczyk, Basabec, Páez e Zumeta, 2017). Finalmente, porque as emoções estão no centro do ativismo juvenil, tal como defendido por Pleyers na conceção de alter-ativismo (2018), ligando os atores e constituindo-se como uma “ferramenta estratégica” dos coletivos, seja para mobilização, sustentabilidade ou gestão das tensões da ação política (Cruz, Malafaia, Silva e Menezes, 2020, p. 113).

Para concluir, é importante sublinhar que alguma da participação nestes grupos se faz por reação à participação de outros. Embora este facto não tenha sido explicitamente verbalizado por nenhum dos participantes, resulta claro de uma análise transversal a existência de tensões entre grupos relativamente a objetivos distintos e, por vezes, conflitantes. Essas tensões são percebidas como formas de polarização que ameaçam o futuro da democracia, agora como no passado; mas são, algumas vezes, sinais de um ideário consensualista, que desvaloriza a dissidência e o pluralismo – esse, sim, séria ameaça à democracia. Talvez por isso não seja demais reforçar a importância do espaço público democrático como lugar de pluralismo agonista onde o conflito e a contestação são reconhecidos e validados (Mouffe, 1999).

Referências

- Amná, E. e Ekman, J. (2014), Standby citizens: Diverse faces of political passivity. *European Political Science Review*, 6(2):261-281.
- Bauman, Z. (2000), *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity.
- Chayinska, M., Miranda, D. e González, R. (2021), A longitudinal study of the bidirectional causal relationships between online political participation and offline collective action. *Computers in Human Behavior*, 121, 106810. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2021.106810>
- Corcoran, K. E., Pettinicchio, D. e Young, J.T.N. (2015), Perceptions of Structural Injustice and Efficacy: Participation in Low/Moderate/High-Cost Forms of Collective Action. *Social Inq*, 85: 429-461. <https://doi-org.ezproxy.sussex.ac.uk/10.1111/soin.12082>
- Cruz, Joana P., Malafaia, C., Silva, J. E. e Menezes, I. (2020), Between emotion and reason: The role of affective networks and events in sustaining the daily experience of environmental activism. In Sakuntala Banaji (Ed.), *Youth Active Citizenship in Europe: Ethnographies of Participation* (pp. 89-119). London: Palgrave MacMillan.
- Della Porta, D. e Diani, M. (2006), *Social movements: an introduction*, 2nd ed.. Oxford: Blackwell.
- Ekman, J. e Amná, E. (2012), Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22 (3):283-300.
- Ferreira, P. D., Coimbra, J. L. e Menezes, I. (2012), “Diversity within Diversity” – Exploring Connections between Community, Participation and Citizenship. *Journal of Social Science Education*, 11(3), 120-134.
- Grasso, M. T., Farrall, S., Gray, E., Hay, C. e Jennings, W. (2018), Socialization and generational political trajectories: an age, period and cohort analysis of political participation in Britain, *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, DOI: 10.1080/17457289.2018.1476359
- Han, B-Y. (2015), *Psicopolítica*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Hay, C. (2004), The Normalizing Role of Rationalist Assumptions in the Institutional Embedding of Neoliberalism. *Economy and Society* 33: 500–527. doi: 10.1080/0308514042000285260
- Hedtke, R. (2013), Who Is Afraid of a Non-Conformist Youth? The Right to Dissent and to Not Participate. In R. Hedtke & T. Zimenkova (Eds.), *Education for Civic and Political Participation: a Critical Approach* (pp. 54-78). New York and London: Routledge.
- Janoski, T. (1998), *Citizenship and civil society: A framework of rights & obligations in liberal, traditional, and social democratic regimes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lipovetsky, G. (1986), ‘Changer la vie’ ou l’irruption de l’individualisme transpolitique. *Pouvoirs*, 39, 91: 100.
- Mahler, M. (2006), Politics as a vocation: Notes toward a sensualist understanding of political engagement. In J. Lauren, M. Mahler, & J. Auyero (Eds.), *New perspectives in political ethnography* (pp. 224-246). New York: Springer.
- Malafaia, C., Piedade, F., Ferreira, P., Loff, M. e Menezes, I. (2018), *School National reports*. Unpublished WP6-2 report. Catch-EyoU.
- Malafaia, C., Menezes, I. e Neves, T. (2018), Living, doing, and learning from politics in a youth wing of a political party. *The Qualitative Report*, 23(1), 49-79. <https://nsuworks.nova.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3058&context=tqr>
- Malafaia, C., Neves, T. e Menezes, I. (2021), The gap between youth and politics: Youngsters outside the regular school system assessing the conditions for be(com)ing political subjects. *Young*. DOI: 10.1177/1103308820987996
- Marcus, G. E. (2000), Emotions in politics. *Annual Rev. of Political Science*, 3: 221-250.
- Menezes, I., Ferreira, P. D., Ribeiro, N. e Malafaia, C. (2019), Schools as democracy labs. In Licht, A.H., Pateraki, I. e Scimeca, S. (Eds.), *If not in Schools, where? Learn and practice Democracy with eTwinning* (pp. 11-13). Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Menezes, I., Malafaia, C. e Ferreira, P. (Eds.) (in press). *Reinventing the European citizenship of young people: Schools as spaces of political education*. Porto: CIIE.
- Menezes, I., Lyons, E., Ribeiro, N., Malafaia, C., Fernandes-Jesus, M. e Devaney, L. (2012), Processes in the co-construction of citizenship in different life contexts. Final report of WP6. PIDOP, 7th Framework Programme. Porto: Universidade do Porto.
- Menezes, I., Ribeiro, N., Fernandes-Jesus, M., Malafaia, C. e Ferreira, P. D. (2012), *Agência de participação cívica e política: O papel dos jovens e dos imigrantes na construção da democracia*. Porto: LivrPsic.
- Monteiro, H.; Ferreira, P. D. (2011), Unpolite citizenship: the non-place of conflict in political education. *Journal of Social Science Education*, 10, 4, p. 5-11.
- Morozov, E. (2011), *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. New York: PublicAffairs.
- Nata, G. (2011), *Diferença Cultural e Democracia. Identidade, cidadania e tolerância na relação entre maioria e minorias* (vol. 35 da Coleção Teses sobre Imigração e Diálogo Intercultural). Lisboa: ACIDI.
- Pickard, S. (2018), *Politics, protest & young people: Political participation and dissent in 21st century Britain*. London: Palgrave Macmillan.

- Pleyers, G. (2018), *Movimientos sociales en el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO.
- Ribeiro, N., Malafaia, C., Fernandes-Jesus, M., Neves, T., Ferreira, P. D. e Menezes, I. (2012), Education and citizenship: redemption or disempowerment? A study of Portuguese-speaking migrant (and non-migrant) youth in Portugal. *Power and Education*, 4, 2, 207-218.
- Rodrigues, M., Menezes, I. e Ferreira, P. (2018), Efeitos longitudinais de agentes de socialização política nos comportamentos de participação de jovens. *Educação e Pesquisa*. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201844175560>
- Tilly, C. e Wood, L. J. (2009), *Social Movements, 1768-2008*, Boulder: Paradigm.
- Verba, S. (1967), Democratic participation. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 373, 53-78.
- Vasilopoulos, P. (2018), Terrorist events, emotional reactions, and political participation: the 2015 Paris attacks, *West European Politics*, 41:1, 102-127, DOI: 10.1080/01402382.2017.1346901
- Walzer, M. (2002), Passion and politics. *Philosophy and Social Criticism*, 28(6):617-633.
- Włodarczyk, A., Basabec, L., Páez, D. e Zumeta, L. (2017), Hope and Anger as Mediators Between Collective Action Frames and Participation in Collective Mobilization: The Case of 15-M *Journal of Social and Political Psychology* 5(1):200-223.

Anexos

Anexo I: Guião utilizado nos grupos de discussão

1. Conceções e representações sobre participação e política

Peço a cada um/a que escolha uma das imagens projetadas. Obrigada. *[dar algum tempo]*

- 0.1. Podemos agora conversar porque escolheram essa imagem? Peço para dizerem o vosso nome e o que de mais quiserem partilhar enquanto explicam a escolha. *[aprofundar o que na imagem foi apelativo]*
- 0.2. *[admitindo que algumas imagens não serão escolhidas – imaginando que podem ser coisas mais confrontativas]* Ninguém escolheu ESTA(S) imagens. Porquê? *[se necessário]*
- 0.3. Este tipo de atividade (que a/os jovens nas imagens estão a realizar) é importante? Porquê? (para os indivíduos, grupos sociais, sociedade/comunidade ...)
- 0.4. No entanto, há pessoas que acham que este tipo de participação não é importante. Porque acham que pensam isso? Que consequências teria isso (a ausência de participação)? (para os indivíduos, grupos sociais, sociedade/comunidade ...)

2. Atividades e temas

- 2.1. Olhando novamente para estas fotos, há algumas destas atividades que vos parecem mais mobilizadoras/importantes para que as pessoas participem? Podem dar alguns exemplos?
- 2.2. E quanto aos assuntos/temas são mais mobilizadores/importantes para que as pessoas participem? Que vos parece, a partir da vossa experiência?
- 2.3. E acham que estas atividades e temas são igualmente importantes para diferentes grupos sociais? *[se não houver avanços, começar por dar exemplos: homens/mulheres, ricos/pobres, rural/urbano ... ver se eles chegam aos jovens]*

3. A (não) participação dos jovens

- 3.1. Há quem diga que os jovens, hoje em dia, não participam. Qual é a vossa opinião? *[interessa aqui, claro, que sejam consideradas as duas posições – estou a admitir que o grupo segue a posição da não participação]*

- 3.1.1.** E porque razão acham que isso acontece? [*interessa aqui explorar questões como a falta de poder, eficácia*]
- 3.1.2.** Explorar barreiras – classe social, género, rural/urbano.
- 3.1.3.** Acham que os jovens são ouvidos e levados a sério?
- 3.2. Mas há também quem defenda que estamos perante uma geração de jovens muito participativa. Porque acham que algumas pessoas – até investigadores nesta área – afirmam isso?
- 3.3. Há ainda quem diga que a maioria de jovens, embora não participe, está atenta e pronta para agir se for necessário. Que vos parece? E que assuntos acham que seriam especialmente mobilizadores para esses jovens?
- [é possível que questões de influência e eficácia apareçam nesta discussão, mas é importante também ver se emergem questões ligadas ao populismo e à radicalização]

4. Experiências de participação

- 4.1. Lembram-se qual foi a vossa “primeira experiência política”? [*não dramatizar se a pessoa não se lembrar, pode nunca ter pensado nisso antes*] Se não lhe ocorre uma primeira experiência, talvez nos possa falar da experiência que considera mais significativa até hoje ... podem partilhar alguns detalhes? [*em que contexto estava, com quem, qual o assunto...*]
- 4.2. Como começou o vosso interesse pela política? E como começaram a ter uma participação mais ativa? [*explorar figuras, contextos ou assuntos de referência*]
- 4.3. E porque mantêm este ativismo? [*explorar ganhos e perdas, pessoais e coletivos – é possível que as questões ideológicas venham aqui*]
- 4.4. O que acham mais positivo sobre a vossa experiência de participar num grupo e/ou numa associação? São as relações com os outros membros? As atividades? As discussões? A negociação? Como caracterizariam o ambiente nesses coletivos?
- 4.5. E o mais difícil?
- 4.6. Se chegasse hoje alguém de novo ao vosso grupo/associação e quisesse ajudar à sua integração, que conselhos/sugestões lhe daria?

5. Conclusão

- 5.1. Se fossem vocês a mandar, o que fariam para aumentar a participação dos jovens?

5.2. O que acham que vai acontecer nos próximos anos? E o que gostariam que acontecesse? *[creio que aqui a questão é de explorar mudanças tanto na participação dos jovens, como nas questões que lhes interessam – a esperança é uma emoção política muito relevante (a desesperança também)]*

